

RAEPDM

Relatório de Avaliação da
Execução do Plano
Diretor Municipal de
Santa Marta de
Penaguião

MONITORIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE
PENAGUIÃO

novembro de 2020

ÍNDICE

1.	Enquadramento Territorial.....	9
2.	Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial.....	12
3.	Metodologia.....	14
4.	Estado do Ordenamento do Território.....	16
4.1.	População.....	16
4.1.1.	População residente.....	16
4.1.2.	Grupos etários	16
4.1.3.	População Ativa Potencial.....	17
4.1.4.	Nível de escolaridade	17
4.1.5.	Evolução dos níveis de escolaridade	18
	Síntese.....	18
4.2.	Economia	19
4.2.1.	População desempregada.....	19
4.2.2.	Ganho médio mensal	20
4.2.3.	Volume de negócios das empresas.....	20
4.2.4.	Pessoal ao serviço das empresas e atividades económica.....	21
4.2.5.	Balança comercial.....	22
4.2.6.	Setor Vinícola	23
4.2.7.	Superfície Agrícola Utilizada	24
4.2.8.	Explorações agrícolas e explorações agrícolas com máquinas.....	24
4.2.9.	Produção de vinho.....	25
4.2.10.	Exportações do setor vinícola	26
4.2.11.	Volume de negócios da indústria de bebidas	27
4.2.12.	Pessoal ao serviço na indústria de bebidas	28
4.2.13.	Empresas na indústria de bebidas	28
4.2.14.	Turismo (INE)	29
4.2.15.	Turismo (SIGTUR).....	30
	Síntese.....	31
4.3.	Parque Edificado e Habitacional.....	32
4.3.1.	Edifícios e alojamentos.....	32
4.3.2.	Edifícios concluídos e licenciados	33

4.3.3.	Valor médio dos prédios urbanos transacionados	35
	Síntese.....	35
4.4.	Equipamentos	36
4.4.1.	Educação.....	37
4.4.2.	Social.....	37
4.4.3.	Saúde	38
4.4.4.	Administração e Proteção Civil.....	39
	Síntese.....	40
4.5.	Património	41
4.5.1.	Imóvel.....	41
4.5.2.	Árvores de interesse público	42
	Síntese.....	43
4.6.	Mobilidade.....	44
4.6.1.	Movimentos pendulares	47
4.6.2.	Fluxo na infraestrutura rodoviária (IP3/A24)	47
	Síntese.....	48
4.7.	Ambiente.....	49
4.7.1.	Clima.....	49
4.7.2.	Qualidade do ar.....	51
4.7.3.	Consumo de eletricidade	51
4.7.4.	Resíduos urbanos	53
4.7.5.	Despesas em ambiente.....	55
4.7.6.	Evolução da temperatura média do ar.....	56
4.7.7.	Número médio de dias com onda de calor	57
4.7.8.	Evolução da precipitação	58
	Síntese.....	58
4.8.	Solo	59
4.8.1.	Evolução Urbana	59
4.8.2.	Carta de Ocupação do solo	60
	Síntese.....	61
4.9.	Plano Diretor Municipal.....	62
4.9.1.	Alterações legislativas	62
4.9.2.	Programa de execução	66



4.9.3.	Gestão Territorial.....	78
4.9.4.	Objetivos do PDMSMP.....	82
	Síntese.....	84
5.	Considerações Finais.....	85

Índice de figuras

Figura 1: Contexto regional.....	9
Figura 2: Contexto demográfico.....	10
Figura 3: Freguesias.....	15
Figura 4: Distribuição de residentes por grupos etários.....	16
Figura 5: Nível de escolaridade.....	17
Figura 6: Evolução dos níveis de escolaridade.....	18
Figura 7: População desempregada inscrita no centro de emprego.....	19
Figura 8: Ganho médio mensal no município para trabalhadores por conta de outrem.....	20
Figura 9: Volume de negócios.....	20
Figura 10: Balança comercial do concelho.....	22
Figura 11: Região Vinhateiro do Alto Douro.....	23
Figura 12: Superfície Agrícola Utilizada.....	24
Figura 13: Produção declarada de vinho.....	25
Figura 14: Exportações do setor vinícola.....	26
Figura 15: Volume de negócios da indústria de bebidas.....	27
Figura 16: Pessoal ao serviço na indústria de bebidas.....	28
Figura 17: Número de empresas na indústria de bebidas.....	28
Figura 18: Alojamento local.....	30
Figura 19: Capacidade de utentes.....	30
Figura 20: Perspetivas de crescimento turístico.....	31
Figura 21: Evolução do número de edifícios concluídos e licenciados.....	33
Figura 22: Valor médio dos prédios urbanos transacionados.....	35
Figura 23: Equipamentos.....	36
Figura 24: Cipreste comum - Quinta do Pinheiro.....	43
Figura 25: Enquadramento das infraestruturas do concelho.....	44
Figura 26: Principais eixos de comunicação do concelho.....	46
Figura 27: Modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares.....	47
Figura 28: Tráfego médio diário da autoestrada que atravessa o concelho.....	48
Figura 29: Classificação de Koppen.....	50
Figura 30: Qualidade do ar nas estações onde o concelho se insere.....	51
Figura 31: Consumo de eletricidade do concelho.....	52
Figura 32: Consumo per capita de eletricidade.....	52
Figura 33: Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem.....	53
Figura 34: Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante.....	53
Figura 35: Resíduos urbanos recolhidos por habitante.....	54
Figura 36: Despesas em ambiente do município por habitante.....	55
Figura 37: Evolução da temperatura média do ar.....	56
Figura 38: Número médio de dias com onda de calor.....	57

Figura 39: Evolução da precipitação.....	58
Figura 40: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015.....	59
Figura 41: Enquadramento do concelho na COS de 2018	60
Figura 42: PDMSMP em vigor	78
Figura 43: Número de licenciamentos (2010 – 2020).....	80
Figura 44: Peso da dinâmica de licenciamentos por freguesia (2010 – 2020)	81
Figura 45: Fatores de mudança.....	85

Índice de tabelas

Tabela 1: Estruturação dos indicadores	14
Tabela 2: Evolução da população residente.....	16
Tabela 3: Pessoal ao serviço e atividades económicas.....	21
Tabela 4: Explorações agrícolas e explorações agrícolas com máquinas.....	24
Tabela 5: Edifícios e alojamentos no concelho	32
Tabela 6: Peso dos edifícios concluídos e licenciados	34
Tabela 7: Número de equipamentos de ensino.....	37
Tabela 8: Número de equipamentos sociais.....	38
Tabela 9: Número de equipamentos de saúde	38
Tabela 10: Número de efetivos.....	39
Tabela 11: Número de equipamentos administrativos e de proteção civil	39
Tabela 12: Património imóvel existente no concelho.....	41
Tabela 13: Atos legislativos do regime 1999	62
Tabela 14: Atos legislativos do regime de 2014	63

Siglas e Abreviaturas

% – Percentagem

A - Autoestrada

art. – Artigo

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CCDR-N – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte

CMSMP – Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

COS – Carta de Ocupação do Solo

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Itinerário Principal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Lei de Bases de 2014 – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

n.º – Número

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDMSMP – Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RAEPDM – Relatório de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

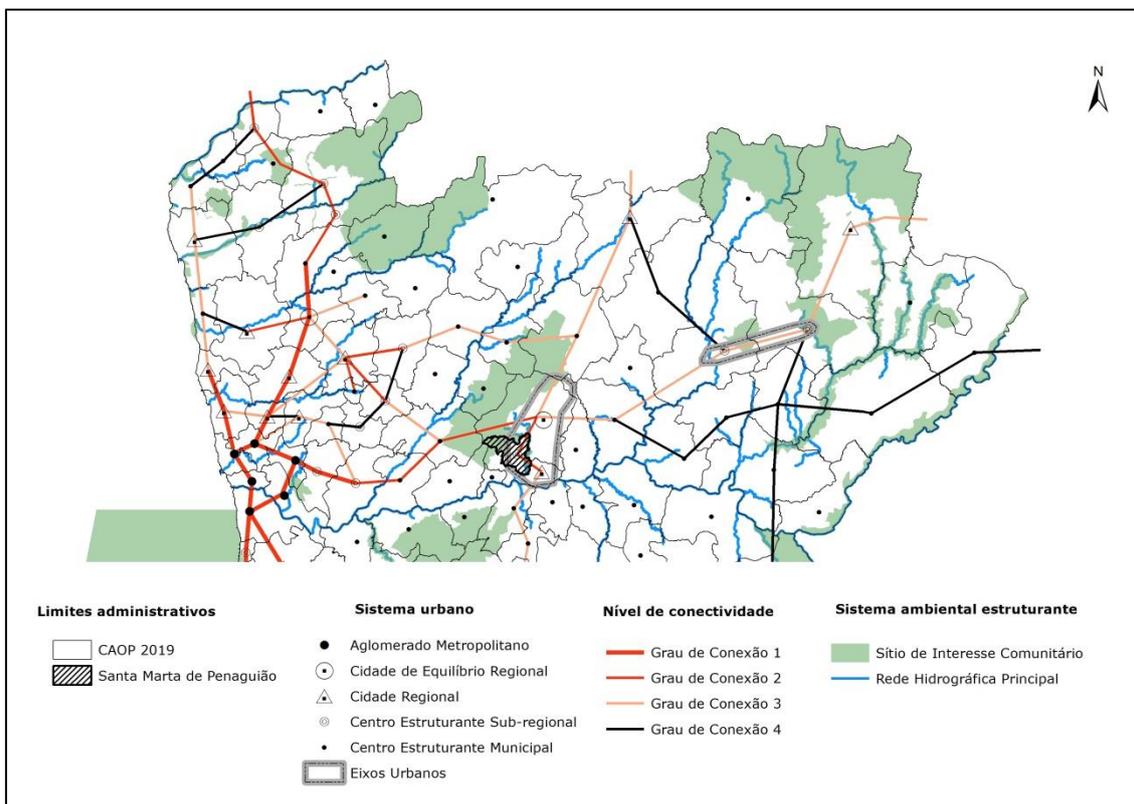
SIGTUR – Sistema de Informação Geográfica do Turismo

U.F. – União de Freguesia

1. Enquadramento Territorial

O concelho de Santa Marta de Penaguião é parte integrante da região Norte (estatisticamente designada por NUTS II), na sub-região do Douro (NUT III).

Figura 1: Contexto regional



Fonte: Elaboração própria baseada no ICNF e na CCDR-N

Uma vez localizado no Douro, o concelho reflete tendências demográficas regressivas, marcadas por um contexto territorial de baixas densidades, que necessita de ter relações funcionais com centros de oportunidades e espaços urbanos de maior dimensão, como é o caso de Vila Real.

O concelho ao beneficiar da proximidade a Vila Real, que é considerada uma cidade de equilíbrio regional, tem perto de si um conjunto de funções polarizadoras que complementam as existentes nos territórios menos densos, como é o caso de Santa Marta de Penaguião, que é caracterizada como um centro estruturante sub-regional.

Santa Marta de Penaguião tem para a sua resiliência territorial futura dois aspetos importantes:

- A ligação à IP3/A24 – infraestrutura rodoviária que conecta o concelho com a área central da Região Norte e Centro de Portugal, bem como com os grandes centros funcionais do país, como a Área Metropolitana do Porto, via IP4/A4;
- O Sítio de Interesse Comunitário do Marão/Alvão e a bacia hidrográfica do Douro (mais propriamente na sub-bacia do Corgo – rio que atravessa o concelho), ambos fazem parte de um contínuo ecológico crucial para o equilíbrio ambiental da região Norte de Portugal.

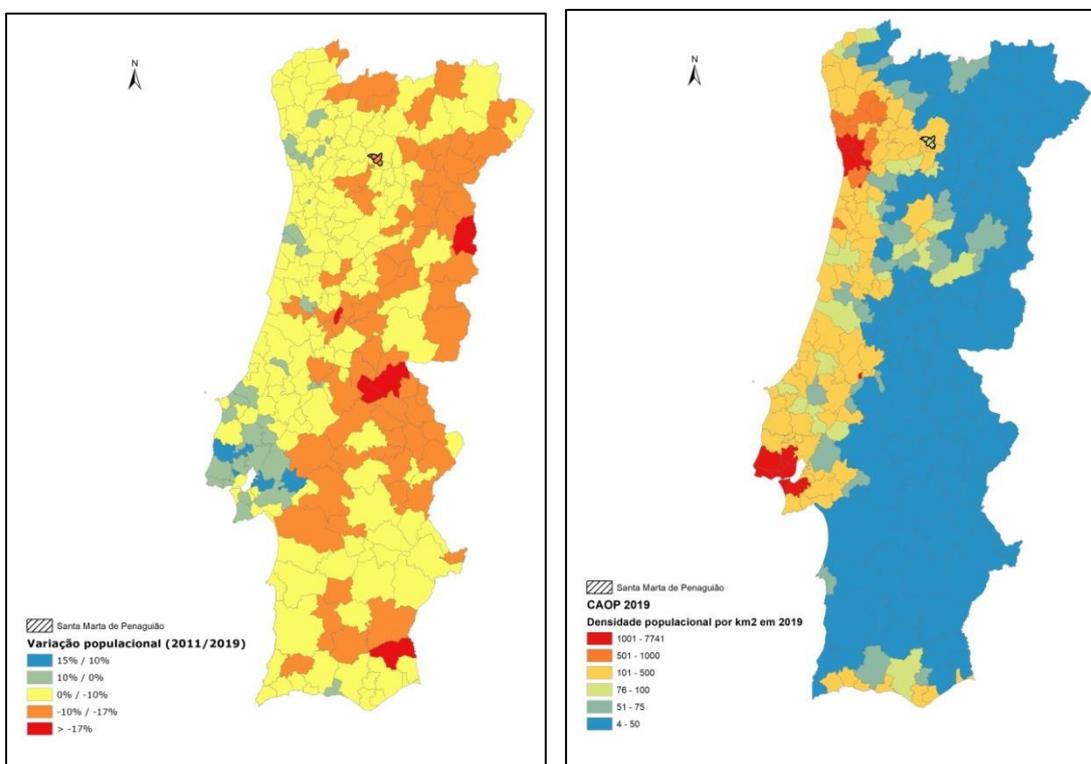
Figura 2: Contexto demográfico

Varição populacional (2011-2019)

Densidade populacional (2019)

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em termos populacionais, o concelho apresenta uma variação negativa



populacional entre o ano de 2011 e 2019, reflexo da perda da população e do envelhecimento progressivo.

Este cenário é representativo da realidade nacional, como se vê nas figuras anteriores, onde a variação positiva só é sentida na Área Metropolitana de Lisboa e envolvente, na Área Metropolitana do Porto e na região de Aveiro e Coimbra, mas com uma representatividade mais baixa.

O contexto populacional em 2019, em termos de densidade populacional, representa uma grande densidade da população no litoral do país e em



centros polarizadores regionais, e uma baixa densidade populacional na generalidade do país.

2. Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial

A alteração do panorama jurídico-legislativo do ordenamento do território foi assente na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (doravante denominada por Lei de Bases de 2014), com a definição das bases gerais de política pública dos solos, do ordenamento do território e do urbanismo, e no DL n.º 80/2015, de 14 de maio, com a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (designado por RJIGT).

Ambos os diplomas procuram garantir a coesão territorial e a revisão da classificação dos solos, de modo a criar uma realidade territorial mais sustentável em termos ambientais, executórios e urbanísticos, em detrimento da especulação urbanística e da dimensão excessiva dos perímetros urbanos.

A classificação do solo, definida por este novo panorama jurídico-legislativo, valoriza o destino elementar do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre os conceitos de “solo rústico” e “solo urbano”, numa lógica de afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado.

No atual enquadramento legislativo, elimina-se a designação anteriormente utilizada de “solo urbanizável” e clarifica-se a distinção entre os conceitos referidos, entendendo-se por:

- “Solo rústico” aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano;
- “Solo urbano” aquele que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação. Em complemento, o Decreto de Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, no art. 7.º, determina as condições necessárias para a sua classificação, sendo a principal a existência de infraestruturas urbanas e de prestações de serviços associadas, como transporte público, abastecimento de água e saneamento, energia e telecomunicações, ou a garantia da sua provisão, no horizonte temporal do plano.

A Lei de Bases de 2014 e o RJIGT permitem, ainda assim, a reclassificação do solo como urbano, mas de forma limitada, instituindo a obrigatoriedade

da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico em urbano, através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura de solo urbano e da elaboração de Planos de Pormenor com efeitos registais.

Tal enquadramento faz prever que o procedimento de reclassificação procurará salvaguardar os valores naturais e paisagísticos do concelho, bem como disponibilizar solo urbano mediante as condições que foram afirmadas anteriormente.

Conforme o exposto, e atendendo ao presente RAEPDM abordar a execução do PDMSMP e indicadores relacionados com o estado do ordenamento do território, será importante em sede de futuros relatórios sobre o estado do ordenamento do território monitorizar outros IGT, adaptando-os, no caso dos IGT à escala municipal, ao novo cenário legislativo-programático do ordenamento do território.

No concelho de Santa Marta de Penaguião existem vários IGT que o influenciam, nomeadamente:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Plano Nacional da Água;
- Rede Natura 2000;
- Plano Nacional Rodoviário;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro;
- Programa Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro;
- Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião;
- Plano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião;
- Planos de Pormenor de Quinta das Canas; Zona Oficial de Santa Marta de Penaguião.

Para o presente RAEPDM, tal como o nome indica, será alvo de monitorização e avaliação o PDMSMP – estando essa componente do RAEPDM desenvolvida em maior detalhe no subcapítulo 4.9.

3. Metodologia

A elaboração do RAEPDM engloba uma sequência de procedimentos que vão desde a recolha da informação até à seleção de indicadores capazes de avaliar e de informar a realidade do território.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o sistema real e o plano. No primeiro, os indicadores são as ferramentas privilegiadas para a caracterização do concelho (consultar tabela seguinte). No segundo analisa-se o conteúdo documental associado aos diferentes IGT.

Tabela 1: Estruturação dos indicadores

Tema	Subtema
População	Habitantes
	Educação
Economia	Emprego
	Empresas
	Exportações e Importações
	Agricultura
	Turismo
	Edificado
Parque edificado e habitacional	Alojamentos
	Educação
Equipamentos	Social
	Saúde
	Administração e Proteção Civil
Património	Imóvel
	Árvore de Interesse Público
Mobilidade e acessibilidade	Movimentos pendulares
	Fluxos
	Clima
Ambiente	Qualidade do ar
	Consumo de eletricidade
	Resíduos urbanos
	Despesas em ambiente
	Temperatura
	Ondas de calor
	Precipitação
Solo	COS
Plano Diretor Municipal	

Fonte: Elaboração própria

A ferramenta dos indicadores permitirá:

- Validar, ou não, a estratégia definida;
- Percecionar a realidade do concelho;
- Orientar o estabelecimento de novas estratégias e objetivos;
- Avaliar o impacto do planeamento nos diferentes domínios.

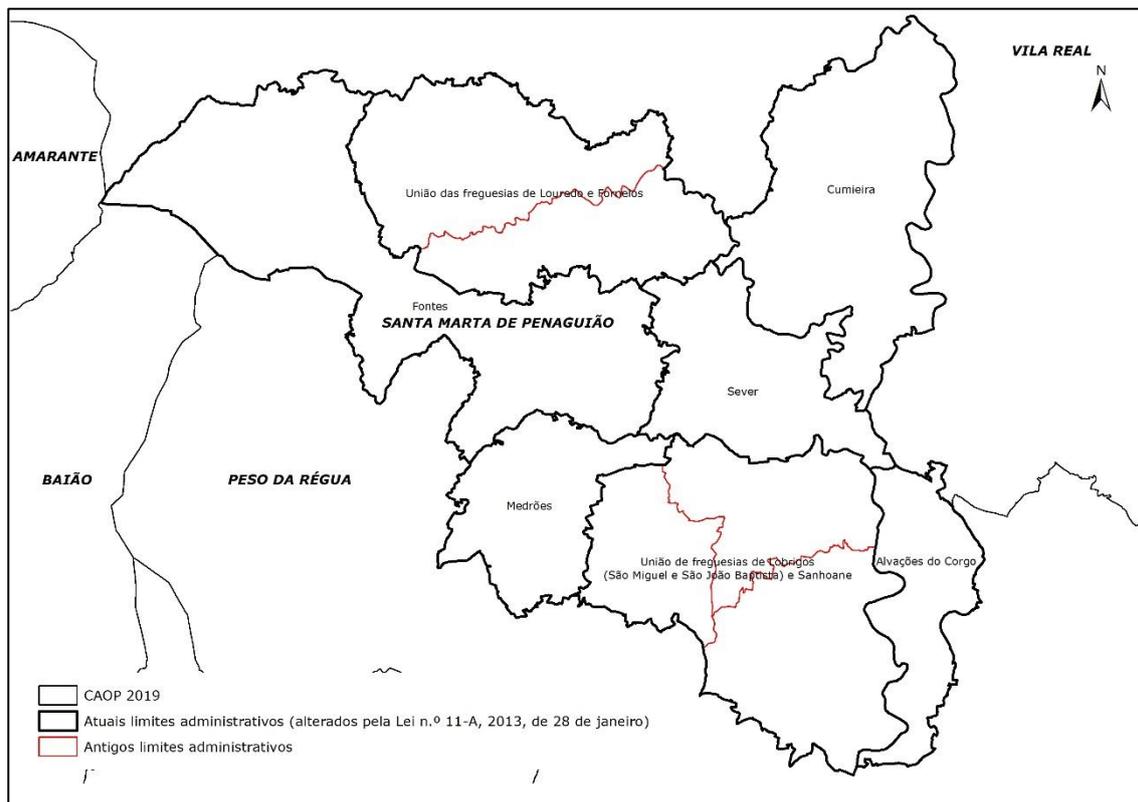
O RAEPDM, com as informações recolhidas junto de organismos de supervisão públicos, das bases de estatísticas e dos serviços municipais, fará a

monitorização do estado de ordenamento do território do concelho, assente na seguinte estrutura:

- 4.1 Título – identificação do tema principal em análise (Exemplo: População)
- 4.1.1 Indicadores – gráfico ou tabela com o indicador alvo de monitorização e respetiva análise (Exemplo: População Residente)
- Síntese – seleção dos tópicos-chave positivos e negativos, que melhor sintetizam o tema-principal em análise.

Mediante esta estrutura, a análise dos dados será à escala do concelho de Santa Marta de Penaguião, tendo por referência outros espaços geográficos, como o Douro, a Região Norte e o país. Simultaneamente, estes indicadores serão também observados à escala das freguesias (resultantes da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), quando tal for possível.

Figura 3: Freguesias



Fonte: Elaboração própria baseada na CAOP

Importa ainda referir que o RAEPDM foi elaborado durante o período da COVID'19 – situação epidemiológica que teve repercussões profundas ao nível da dinâmica ambiental, económica e social do País e do Mundo – e que, por isso, condicionou/condicionará a evolução da maioria dos indicadores que serão apresentados neste relatório.

4. Estado do Ordenamento do Território

4.1. População

4.1.1. População residente

Tabela 2: Evolução da população residente

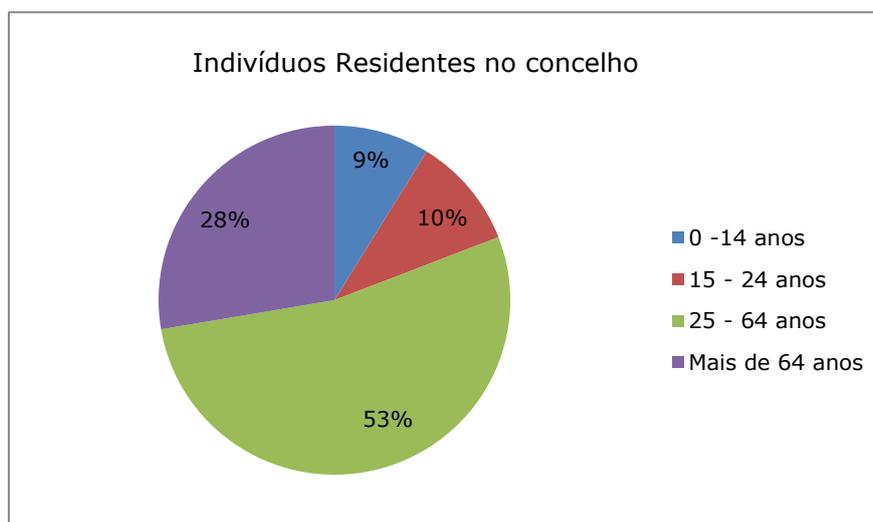
Indivíduos Residentes	Santa Marta de Penaguião (concelho)
1991	9703
2001	8569
2011	7356
2012	7152
2013	7045
2014	6940
2015	6848
2016	6763
2017	6705
2018	6649
2019	6599

Fonte: INE

Tendo por base as estimativas provisórias anuais da população residente denota-se, um decréscimo da população ao longo dos anos. Em 2011 a população registada é de 7356 habitantes e, num período de 8 anos, observa-se, de um modo geral, uma tendência de diminuição da população para 6599 residentes (diminuição de 10% face a 2011), no concelho de Santa Marta de Penaguião.

4.1.2. Grupos etários

Figura 4: Distribuição de residentes por grupos etários



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

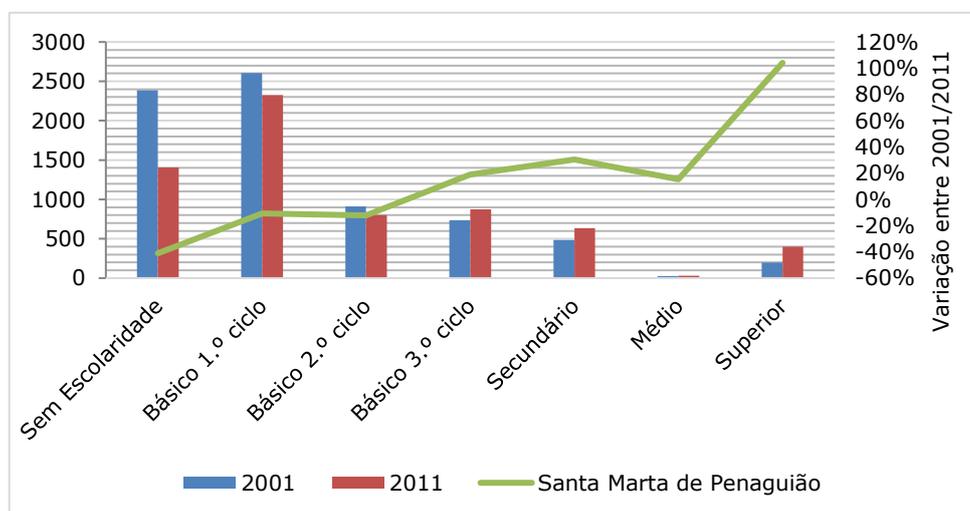
De forma a perceber uma leitura mais completa, com base na desagregação da população total por grupos etários, constata-se que 53% (3511) dos residentes têm idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 28% (1826) detêm mais de 64 anos. Os restantes 19% (1262) da população total correspondem às faixas etárias inferiores, que variam entre os 0 e os 24 anos de idade.

4.1.3. População Ativa Potencial

Com base na análise do cálculo da população ativa potencial (residentes com capacidade para trabalhar, dos 15 aos 65 anos), entre 2011 e 2019, observa-se que existe uma diminuição no número de efetivos populacionais potencialmente ativos de 4611, para 4193, correspondentemente. Esta tendência verifica-se ao longo dos anos, acompanhando a diminuição do número de residentes no concelho.

4.1.4. Nível de escolaridade

Figura 5: Nível de escolaridade



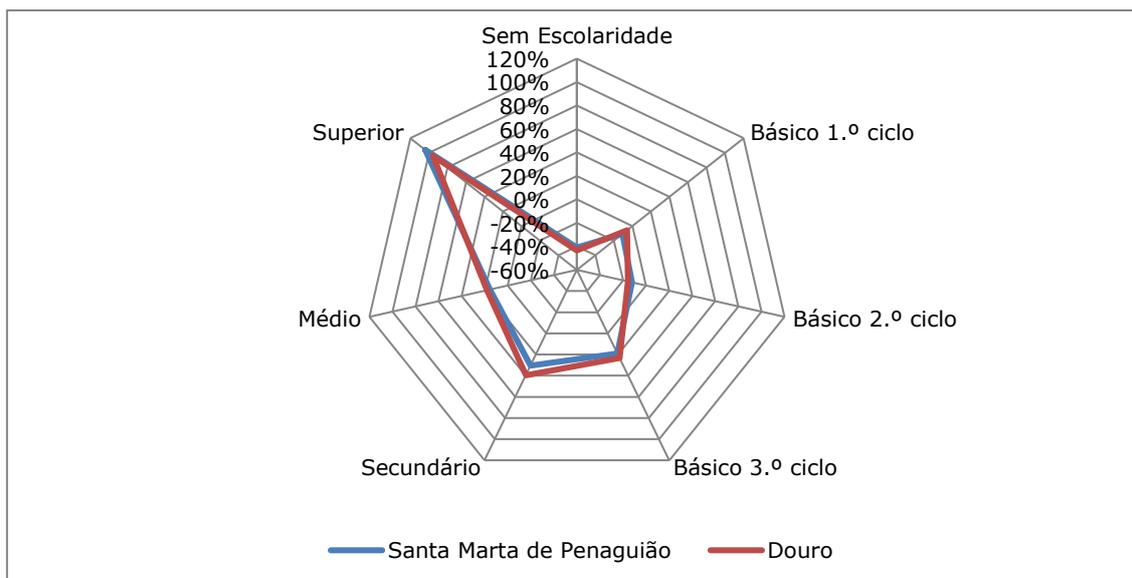
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

Os níveis de escolaridade da população representadas no gráfico anterior permite concluir que, apesar das diferenças existentes entre as gerações, os dados representados traduzem uma melhoria, no que diz respeito aos indicadores da educação, porque apesar da população mais idosa apresentar níveis de escolaridade relativamente baixos, essencialmente o nível primário

e básico, a população mais jovem apresenta níveis de escolaridade mais elevados, ao nível do ensino secundário e superior. Assim sendo, e apesar das gerações apresentadas serem distintas, denota-se uma crescente preocupação e investimento na educação por parte da população.

4.1.5. Evolução dos níveis de escolaridade

Figura 6: Evolução dos níveis de escolaridade



Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

De modo a realizar uma comparação a diferentes escalas, coloca-se em evidência a escala municipal, onde estão apresentados os valores referentes ao concelho de Santa Marta de Penaguião, e a escala sub-regional, onde se verificam as dinâmicas do Douro. De forma geral, o concelho acompanha a evolução dos níveis de escolaridade da região do Douro, com destaque para os valores ao nível do ensino superior, onde o concelho apresenta uma variação superior.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Concentração da população em torno do aglomerado urbano principal;
- Aumento da população com nível de ensino secundário e superior.

Aspetos Negativos:

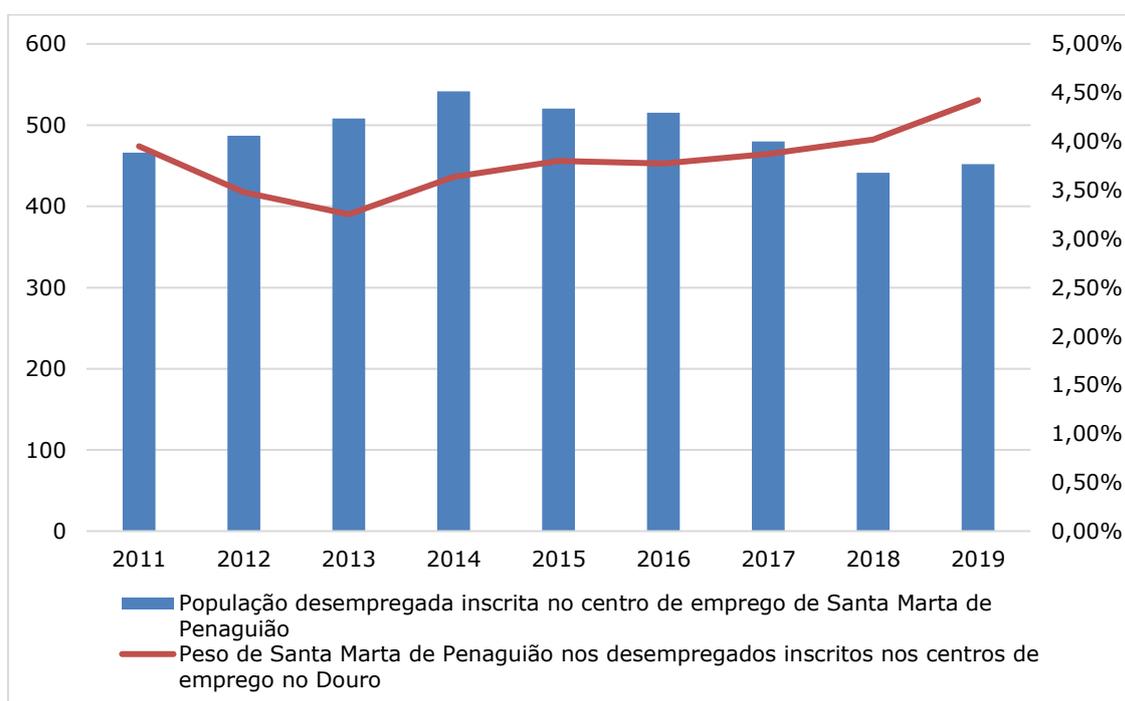
- Diminuição populacional e progressivo envelhecimento;
- Tendência decrescente do número de efetivos populacionais com idade ativa.

4.2. Economia

4.2.1. População desempregada

Em termos de desemprego, importa refletir sobre os valores registados no gráfico seguinte, que através de uma análise geral observa-se que até 2014 o número de desempregados inscritos nos centros de emprego tem aumentado de forma progressiva face ao número de inscritos em 2011.

Figura 7: População desempregada inscrita no centro de emprego

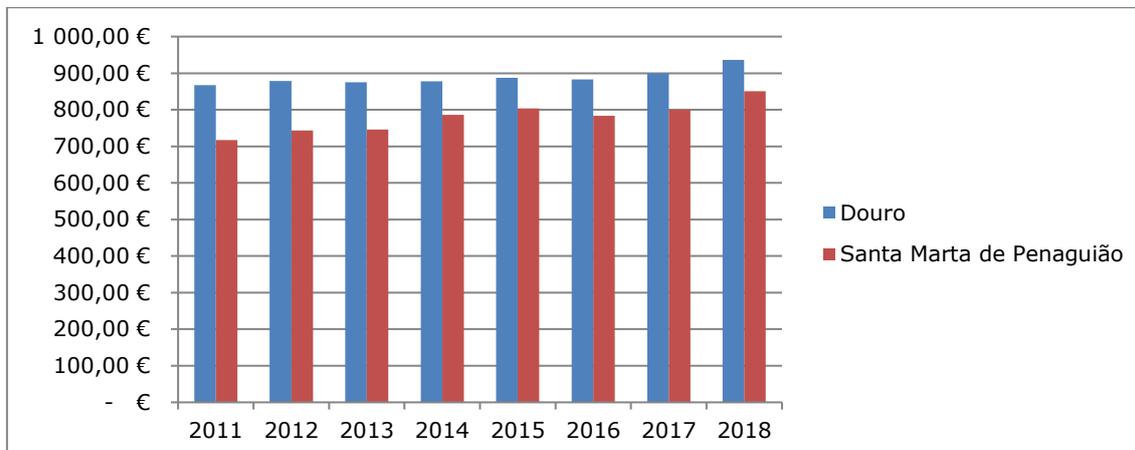


Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

A evolução do desemprego no concelho de Santa Marta de Penaguião, apresenta um comportamento de regressão a partir de 2014 – período pós crise – onde o aumento de emprego, embora de forma lenta, contribui para a estabilizar os números de desemprego. Desta forma, conclui-se que a que a tendência do número de inscritos no centro de emprego é decrescente. Importa referir que em 2019 o número de inscritos regista um ligeiro aumento face ao ano anterior.

4.2.2. Ganho médio mensal

Figura 8: Ganho médio mensal no município para trabalhadores por conta de outrem



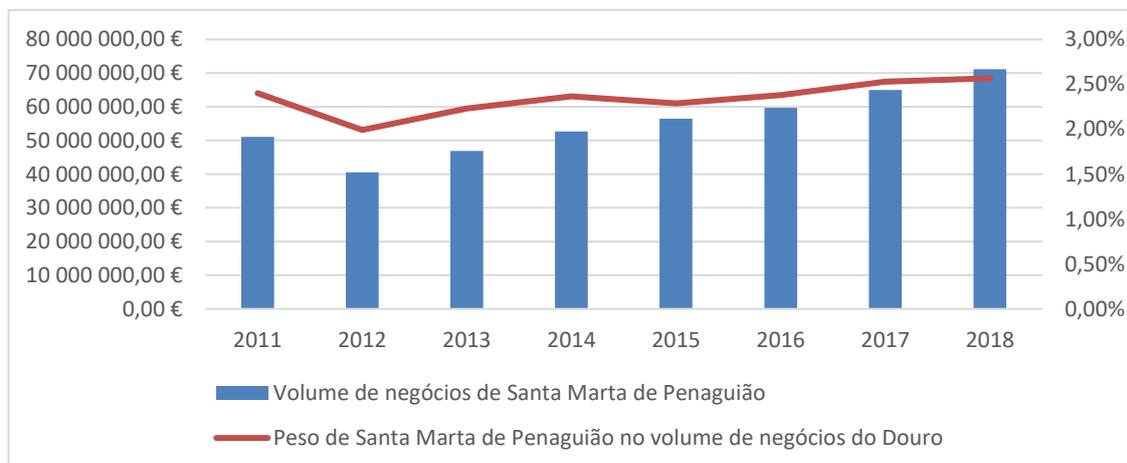
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

No que se refere ao ganho médio mensal e comparativamente com a sub-região do Douro, o concelho apresenta sempre valores inferiores, sem registo de exceções. Verifica-se ainda que a tendência é crescente face ao ano anterior, à exceção de 2016 que regista um ligeiro decréscimo. Concluindo-se que o ganho médio mensal no município tem tendência a aumentar.

4.2.3. Volume de negócios das empresas

Face ao volume de negócios das empresas regista-se, de modo genérico um aumento da produtividade no concelho, representado no gráfico seguinte.

Figura 9: Volume de negócios



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Entre o ano de 2011 e 2012, o crescimento do concelho diminui face ao ano anterior perdendo, conseqüentemente expressão na sub-região do Douro. A partir de 2013 assiste-se a uma recuperação do volume de negócios, onde se verifica um crescente aumento da produtividade do concelho, desde 2012 até 2018, afirmando assim, a tendência crescente da produtividade do concelho.

4.2.4. Pessoal ao serviço das empresas e atividades económica

De forma a compreender a evolução do volume de negócios do concelho é necessário analisar a tabela seguinte, de modo a compreender quais as CAE que detêm mais expressão em Santa Marta de Penaguião e qual o seu peso comparado com a sub-região do Douro.

Tabela 3: Pessoal ao serviço e atividades económicas

Santa Marta de Penaguião	Volume de negócios				
	2011	Peso %	2018	Peso %	Diferença
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7 636 698,00 €	15%	16 974 079,00 €	24%	9%
Indústrias extrativas	0,00 €	0%	- €	0%	0%
Indústrias transformadoras	15 660 235,00 €	31%	7 947 118,00 €	11%	-20%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,00 €	0%	- €	0%	0%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,00 €	0%	- €	0%	0%
Construção	4 073 949,00 €	8%	- €	0%	-8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	19 061 132,00 €	37%	35 808 505,00 €	50%	13%
Transportes e armazenagem	0,00 €	0%	1 215 148,00 €	2%	2%
Alojamento, restauração e similares	1 598 247,00 €	3%	1 590 112,00 €	2%	-1%
Atividades de informação e de comunicação	0,00 €	0%	- €	0%	0%
Atividades imobiliárias	0,00 €	0%	- €	0%	0%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	724 740,00 €	1%	931 275,00 €	1%	0%

Santa Marta de Penaguião	Volume de negócios				
	CAE	2011	Peso %	2018	Peso %
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	155 179,00 €	0%	182 640,00 €	0%	0%
Educação	104 072,00 €	0%	273 897,00 €	0%	0%
Atividades de saúde humana e apoio social	250 840,00 €	0%	1 331 097,00 €	2%	1%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	51 506,00 €	0%	74 380,00 €	0%	0%
Outras atividades de serviços	208 966,00 €	0%	289 231,00 €	0%	0%
Total	51 013 331,00 €	100%	71 133 367,00 €	100%	0%

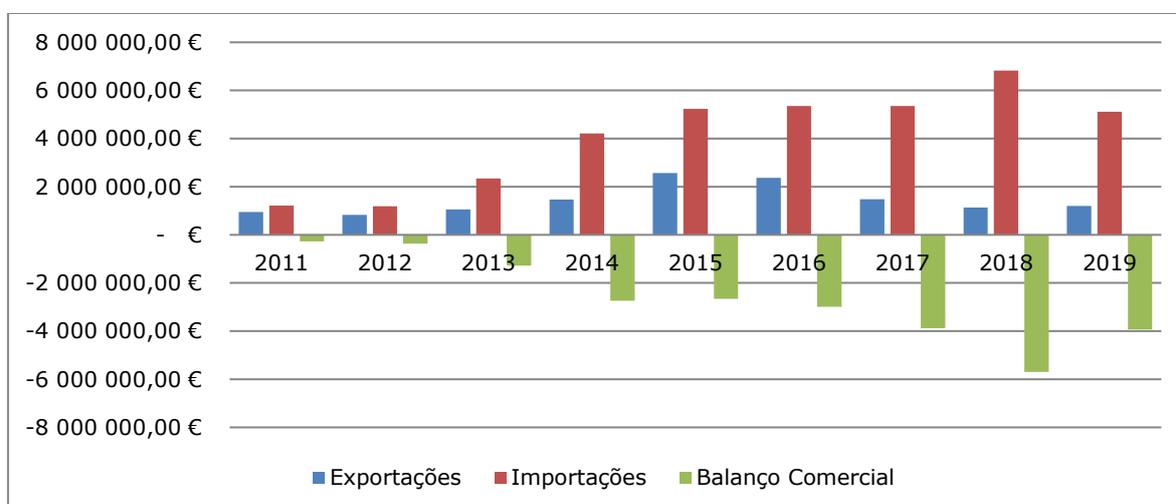
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

De acordo com o volume de negócios do concelho é perceptível reconhecer que aqueles que têm maior expressão em 2011 são o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (37%), a Indústria transformadora (31%) e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (15%).

No ano de 2018, os setores mais expressivos continuam a ser os referidos anteriormente, com particular destaque para o Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos que regista um aumento significativo (50%) no volume de negócios do concelho.

4.2.5. Balança comercial

Figura 10: Balança comercial do concelho



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que diz respeito ao balanço comercial no concelho de Santa Marta de Penaguião, destaca-se de forma negativa este indicador, visto que o seu valor tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Denota-se, claramente, um aumento do número de importações face ao número de exportações realizadas no concelho.

NOTA: O presente indicador é contabilizado mediante a localização fiscal das empresas e, como será explicado a seguir, o setor vinícola é, no caso de Santa Marta de Penaguião, contabilizado em Vila Nova de Gaia – concelho onde se localizam as sedes da maioria das empresas produtoras de vinho no concelho – situação quantificada na análise do indicador volume de negócios da indústria de bebidas.

4.2.6. Setor Vinícola

O concelho de Santa Marta de Penaguião está inserido na Região Vinhateira do Alto Douro, que se distingue pela sua importância económica e patrimonial. Segundo a DGPC, esta região foi classificada, em 2001, pela UNESCO como Património da Humanidade, na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva. O Douro vinhateiro foi determinado pelo curso natural do rio Douro e é a região vitícola mais antiga regulamentada no mundo. Distingue-se pela produção de vinho de inúmeras gerações passadas, entre os quais o conhecido e distinguido vinho do Porto, que representa o principal eixo de dinamização da tecnologia, da cultura, das tradições e da economia.

Figura 11: Região Vinhateiro do Alto Douro

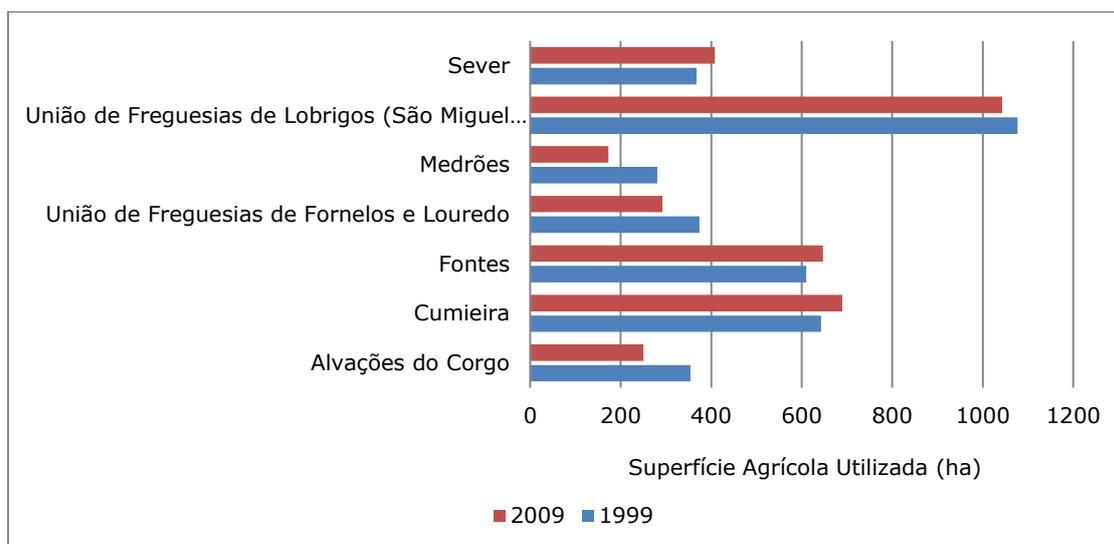


Fonte: Elaboração própria baseada na DGPC

4.2.7. Superfície Agrícola Utilizada

Segundo os dados do gráfico seguinte, verifica-se uma diminuição da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em 2009 (3582 ha) comparativamente com o ano de 1999 (3708 ha), no concelho. Apesar de algumas freguesias apresentarem valores superiores face a 1999, como é o caso de Sever, Fontes e Cumieira, a tendência que se regista é decrescente.

Figura 12: Superfície Agrícola Utilizada



Fonte: INE

4.2.8. Explorações agrícolas e explorações agrícolas com máquinas

Na tabela seguinte estão representadas as explorações agrícolas e as explorações agrícolas com máquinas em 1999 e em 2009.

Tabela 4: Explorações agrícolas e explorações agrícolas com máquinas

Freguesias	Explorações agrícolas		Explorações Agrícolas com máquinas	
	1999	2009	1999	2009
Alvações do Corgo	110	102	123	10
Cumieira	258	255	9	38
Fontes	202	150	26	11
U.F. de Fornelos e Louredo	205	171	32	27
Medrões	124	93	12	10
U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	409	351	19	36

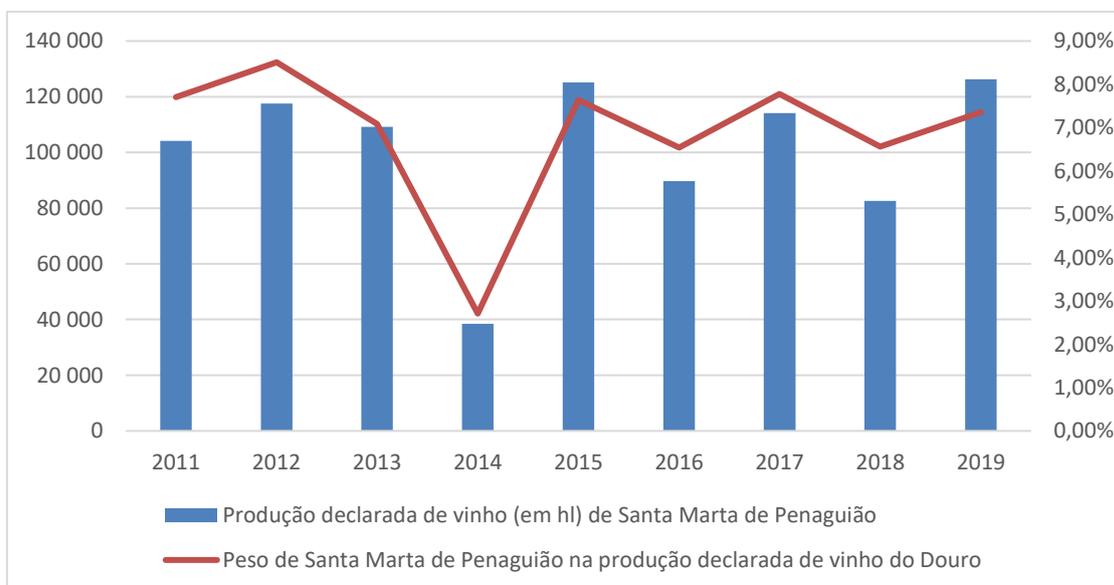
Sever	185	147	6	34
Santa Marta de Penaguião	1493	1276	19	166

Fonte: INE

O número de explorações agrícolas em 2009 (1276) diminuiu face ao ano de 1999 (1493) em todas as freguesias do concelho de Santa Marta de Penaguião. Relativamente ao número de explorações agrícolas com máquinas, observa-se um aumento no total do concelho, que regista 166 máquinas no concelho. O aumento do número de máquinas verifica-se na U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, Sever e Cumieira. Importa referir que apesar do número de máquinas nas explorações agrícolas estar a aumentar a percentagem de mecanização do concelho é residual, justificada pela utilização de hábitos tradicionais utilizados na prática agrícola. Comparativamente com o concelho pode-se concluir que o nível de mecanização por exploração agrícola vai aumentando consoante a localização geográfica. Os valores registados acompanham os índices de mecanização tanto do Douro, como da região Norte e do país, uma vez que se registam valores baixos de mecanização por exploração agrícola.

4.2.9. Produção de vinho

Figura 13: Produção declarada de vinho



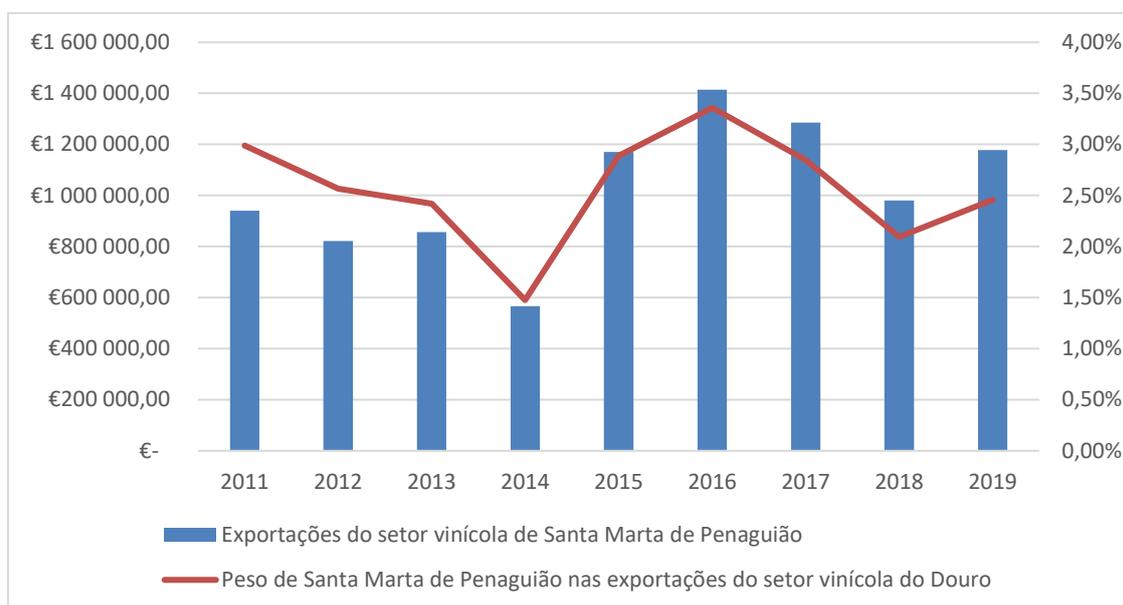
Fonte: Elaboração própria baseada no INE

No que respeita à produção agrícola, o vinho sobressai-se, e segundo a produção declarada de vinho, no concelho de Santa Marta de Penaguião,

importa fazer referência ao período pós crise que reflete uma diminuição da produção de vinho. Após o ano de 2014 existe um aumento da produção vinícola que tem tendência a estabilizar.

4.2.10. Exportações do setor vinícola

Figura 14: Exportações do setor vinícola

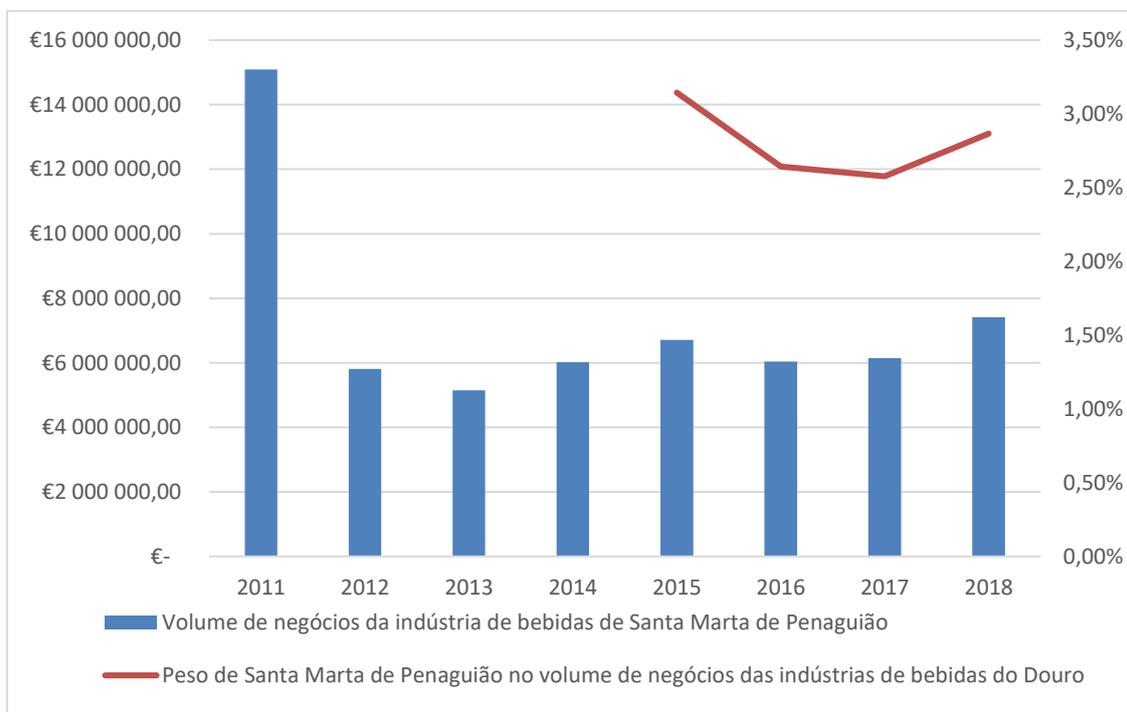


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Em relação às exportações do setor, este indicador apresenta uma relação direta com o indicador anteriormente analisado uma vez que, o concelho regista uma diminuição do número de exportações, provocado pelo período pós crise. A partir de 2014 assiste-se ao aumento das exportações de vinho derivado da implementação de estratégias que beneficiam o crescimento económico do concelho. A tendência do número de exportações é crescente neste setor, com destaque para o ano de 2016 que apresenta valores superiores aos da sub-região do Douro.

4.2.11. Volume de negócios da indústria de bebidas

Figura 15: Volume de negócios da indústria de bebidas

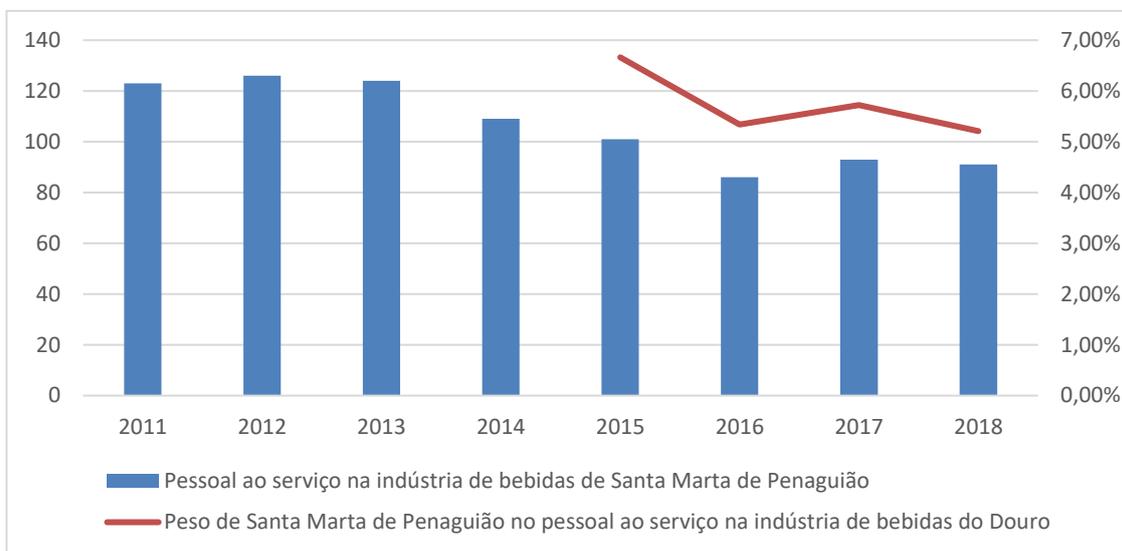


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O volume de negócios de bebidas tem tendência a diminuir devido à sobrevalorização do concelho uma vez que, este funciona mais num carácter de cultivo, e os negócios, de carácter mais administrativo acabam por estar localizados no concelho de Vila Nova de Gaia que, no período em análise (2011 a 2018) representa entre 15% a 20% do volume de negócios do país no setor das indústrias de bebidas.

4.2.12. Pessoal ao serviço na indústria de bebidas

Figura 16: Pessoal ao serviço na indústria de bebidas

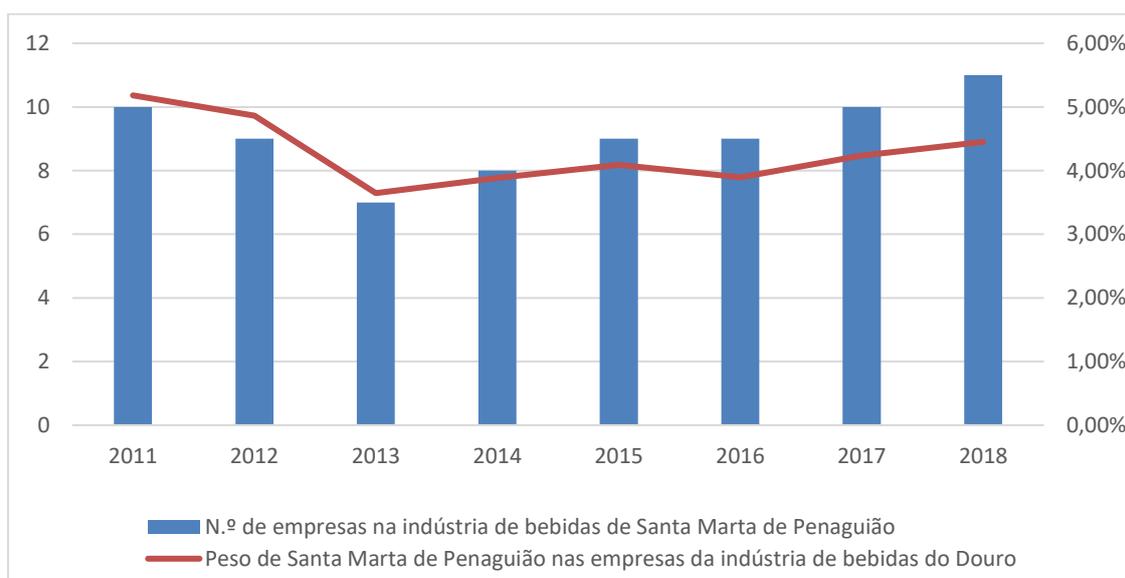


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O número de pessoas ao serviço das indústrias de bebidas no concelho tem tendência a diminuir ao longo dos anos. Esta diminuição pode ser justificada com base em dois fatores: o aumento da população envelhecida no concelho e a migração da população jovem para outros concelhos.

4.2.13. Empresas na indústria de bebidas

Figura 17: Número de empresas na indústria de bebidas



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base nos dados representados no gráfico anterior, verifica-se que existe um decréscimo de empresas na indústria de bebidas justificado pelo período pós crise. A partir de 2014, observa-se um aumento dos valores que deriva do crescimento económico. Contudo, apesar das oscilações verificadas, o número de empresas neste setor é estável no concelho de Santa Marta de Penaguião.

4.2.14. Turismo (INE)

O turismo é um setor que tem vindo a assumir importância ao longo do tempo marcado por uma evolução positiva nos anos pós-crise. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), este assume-se como “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros”.

De forma a perceber o peso deste setor no concelho de Santa Marta de Penaguião, foram analisados um conjunto de indicadores, entre 2011 e 2019.

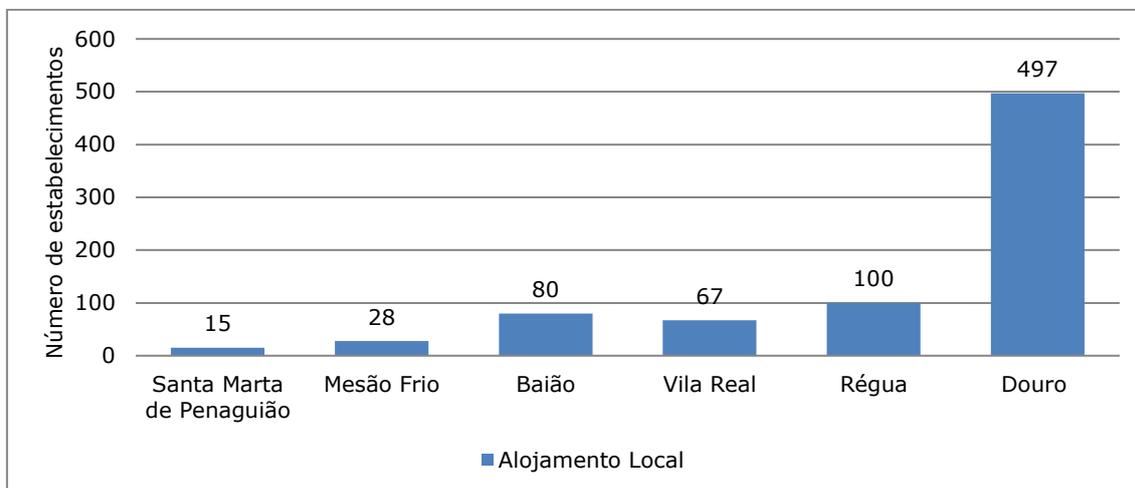
Em termos gerais:

- Existe uma tendência crescente do número de estabelecimentos turísticos;
- Registam-se seis estabelecimentos turísticos no concelho, essencialmente, turismo de espaço rural apoiado e Alojamento Local;
- Aumento do número de quartos (45) em 2019;
- Aumento do número de dormidas, com destaque para o ano de 2019 que registou uma subida de 50% face ao ano anterior (3182 dormidas);
- Tendência crescente dos proveitos totais.

4.2.15. Turismo (SIGTUR)

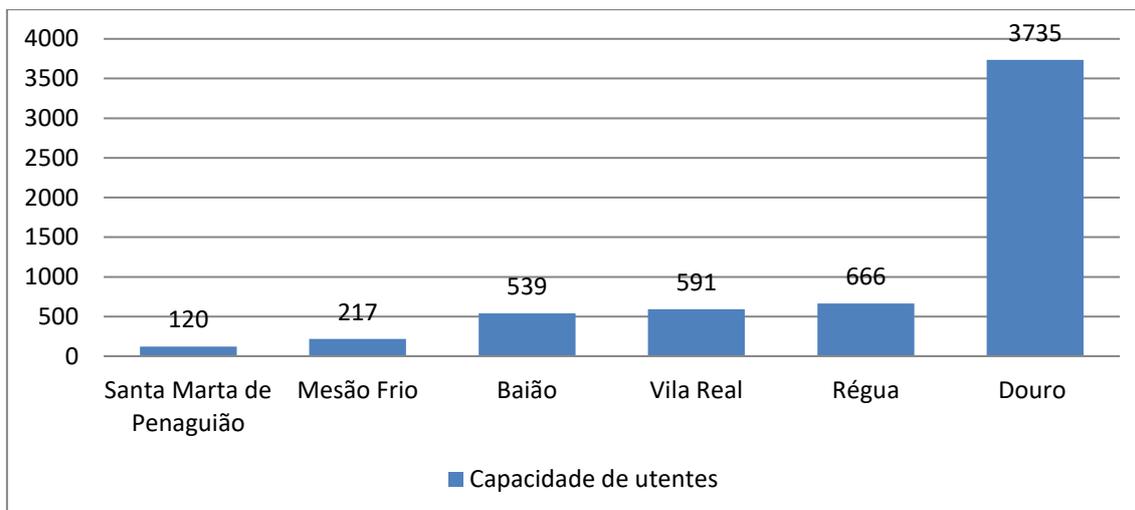
- Alojamento Local

Figura 18: Alojamento local



Fonte: SIGTUR

Figura 19: Capacidade de utentes

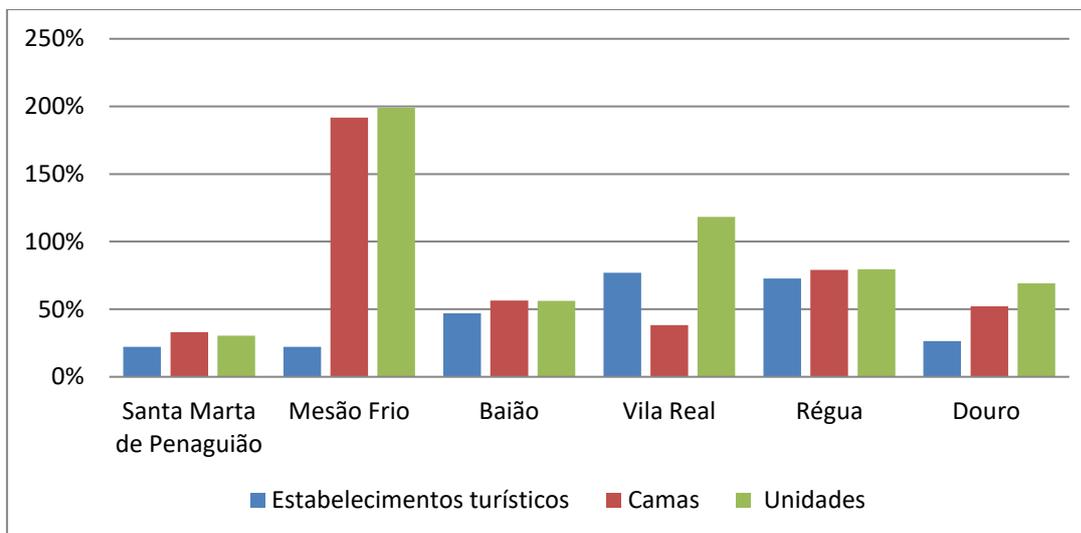


Fonte: SIGTUR

Comparativamente com a sub-região do Douro e com os restantes elementos em análise, Santa Marta de Penaguião regista valores mais baixos em termos de alojamentos, que consequentemente reflete-se numa menor capacidade de utentes. A sub-região do Douro beneficia do seu enquadramento paisagístico e isso reflete-se em valores mais elevados em questões de alojamentos locais e, desta forma, numa maior capacidade de utentes.

- Perspetivas de crescimento turístico

Figura 20: Perspetivas de crescimento turístico



No que respeita as perspetivas de crescimento turístico, observa-se que Santa Marta de Penaguião, Baião e Régua, mantêm um padrão de crescimento aproximado entre o número de estabelecimentos turísticos, o número de camas e o número de unidades. O concelho de Mesão Frio destaca-se pelo seu elevado número de camas e unidades, representando uma variação elevada, que é justificada pela construção de duas grandes unidades hoteleiras, que em termos de estabelecimentos turísticos se reflete no aumento do número de camas e unidades. O concelho de Vila Real e a sub-região do Douro apresentam um comportamento idêntico, uma vez que se observa uma variação maior entre o número de cama, unidades e estabelecimentos turísticos.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Diminuição do número de desempregados;
- Aumento do ganho médio mensal;
- Aumento do volume de negócios;
- Aumento das exportações do setor vinícola;
- Tendência crescente da dinâmica turística.

Aspetos Negativos:

- Balança comercial negativa;
- Índice de mecanização, em termos agrícolas, residual;
- Diminuição da Superfície Agrícola Utilizada.

4.3. Parque Edificado e Habitacional

De modo a conhecer a realidade habitacional do concelho de forma íntegra, importa analisar um conjunto de indicadores que permitam avaliar a evolução do número de edifícios e alojamento no período intercensitário, o número de edifícios concluídos e licenciados e o seu peso, e o volume de prédios urbanos transacionados.

4.3.1. Edifícios e alojamentos

Tabela 5: Edifícios e alojamentos no concelho

Freguesias	Edifícios		Variação	Alojamentos		Variação
	2001	2011		2001	2011	
Alvações do Corgo	319	281	-12%	287	320	11%
Cumieira	679	652	-4%	712	690	-3%
Fontes	687	765	11%	776	702	-10%
U.F. de Fornelos e Louredo	502	436	-13%	451	505	12%
Medrões	349	349	0%	351	349	-1%
U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	1305	1194	-9%	1442	1558	8%
Sever	505	513	2%	537	507	-6%
<i>Santa Marta de Penaguião</i>	4346	4190	-4%	4556	4631	2%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

O número de edifícios no período intercensitário, segundo os dados recolhidos do INE, apresenta um crescimento negativo na maioria das freguesias de Santa Marta de Penaguião. O concelho apresenta uma taxa de crescimento negativa (-4%), espelhando a realidade da maioria das freguesias, à exceção de Fontes e Sever que apresentam valores positivos.

No que respeita o número de alojamentos, no mesmo período, a taxa de crescimento para o concelho é positiva (2%), contudo, do ponto de vista das freguesias, a percentagem é bastante variável, como se pode observar, através da análise da tabela anterior.

Em ambos os indicadores verifica-se que o impacto da dinâmica negativa em termos demográficos, refletindo-se automaticamente no efeito da procura

imobiliária, quer para a construção de edifícios, quer para a aquisição de alojamentos.

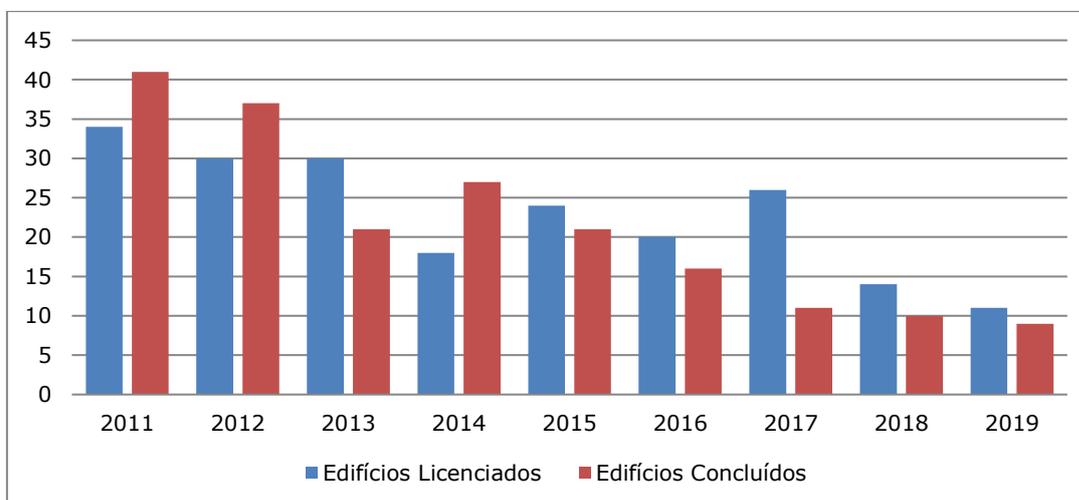
A tendência de ambos os indicadores é de manter um comportamento de estabilização, devida à dinâmica demográfica. Mas como se teve oportunidade de verificar, a dinâmica turística poderá representar uma alternativa e, assim, impulsionar a dinâmica dos indicadores – situação que coincide com o novo contexto macroeconómico.

Deste modo, esse contexto ocorre e influencia a dinâmica deste capítulo, devido à/ao:

- Inserção do Douro no mercado turístico internacional;
- Aumento da dinâmica de reabilitação do parque edificado;
- Redirecionamento do uso do alojamento para um tipo de alojamento de utilização recreativa (entenda-se: alojamento local), que emerge com a alteração legislativa de 2012, com a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano.

4.3.2. Edifícios concluídos e licenciados

Figura 21: Evolução do número de edifícios concluídos e licenciados



Fonte: INE

Com base no gráfico anteriormente apresentado, conclui-se que a tendência registada reflete a diminuição da dinâmica construtiva, uma vez que o número de edifícios concluídos e licenciados diminuiu. Observam-se quebras face ao ano de 2011 superiores a 50%. Estes valores podem ser justificados

pela influência da diminuição demográfica, pois apresenta valores decrescentes desde 2011, tal como a população.

Tabela 6: Peso dos edifícios concluídos e licenciados

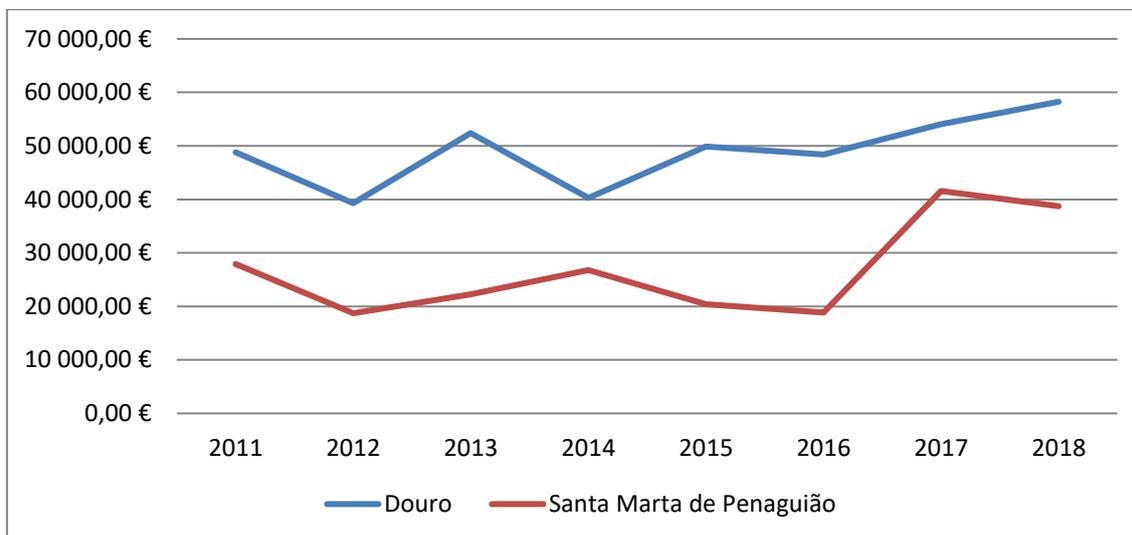
Peso dos Edifícios Concluídos	Tipologia		Peso dos Edifícios Licenciados	Tipologia	
	Anos	Construção nova (%)		Reabilitação (%)	Anos
2005	51%	49%	2005	68%	32%
2006	69%	31%	2006	94%	6%
2007	86%	14%	2007	71%	29%
2008	76%	24%	2008	35%	65%
2009	39%	61%	2009	47%	53%
2010	58%	43%	2010	65%	35%
2011	64%	36%	2011	74%	26%
2012	78%	22%	2012	64%	36%
2013	59%	41%	2013	69%	31%
2014	61%	39%	2014	59%	41%
2015	60%	40%	2015	86%	14%
2016	93%	7%	2016	75%	25%
2017	73%	27%	2017	96%	4%
2018	100%	0%	2018	100%	0%
2019	89%	11%	2019	73%	27%

Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Através da análise das tabelas apresentadas anteriormente, pode-se verificar que antes da revisão do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, pré 2012, a dinâmica da reabilitação é mais expressiva no caso de Santa Marta de Penaguião. Atualmente, em Santa Marta de Penaguião as novas dinâmicas associadas à reabilitação urbana não se refletem no concelho, uma vez que o peso das novas construções é superior, tanto nos edifícios concluídos como nos licenciados durante o período em análise.

4.3.3. Valor médio dos prédios urbanos transacionados

Figura 22: Valor médio dos prédios urbanos transacionados



Fonte: INE

O valor médio dos prédios urbanos transacionados sofreu um decréscimo no ano de 2011 visível quer no concelho de Santa Marta de Penaguião quer na sub-região do Douro, reflexão da crise de 2008 a 2011. A partir 2014 a sub-região do Douro cresce devido a dois grandes fatores: a valorização do turismo e a pressão da habitação.

Do ponto de vista concelhio, o valor imobiliário não tem tanta expressão devido ao condicionamento dos terrenos que reflete, por sua vez, no valor dos solos.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Aumento do número e alojamentos do concelho;
- Valorização imobiliária.

Aspetos Negativos:

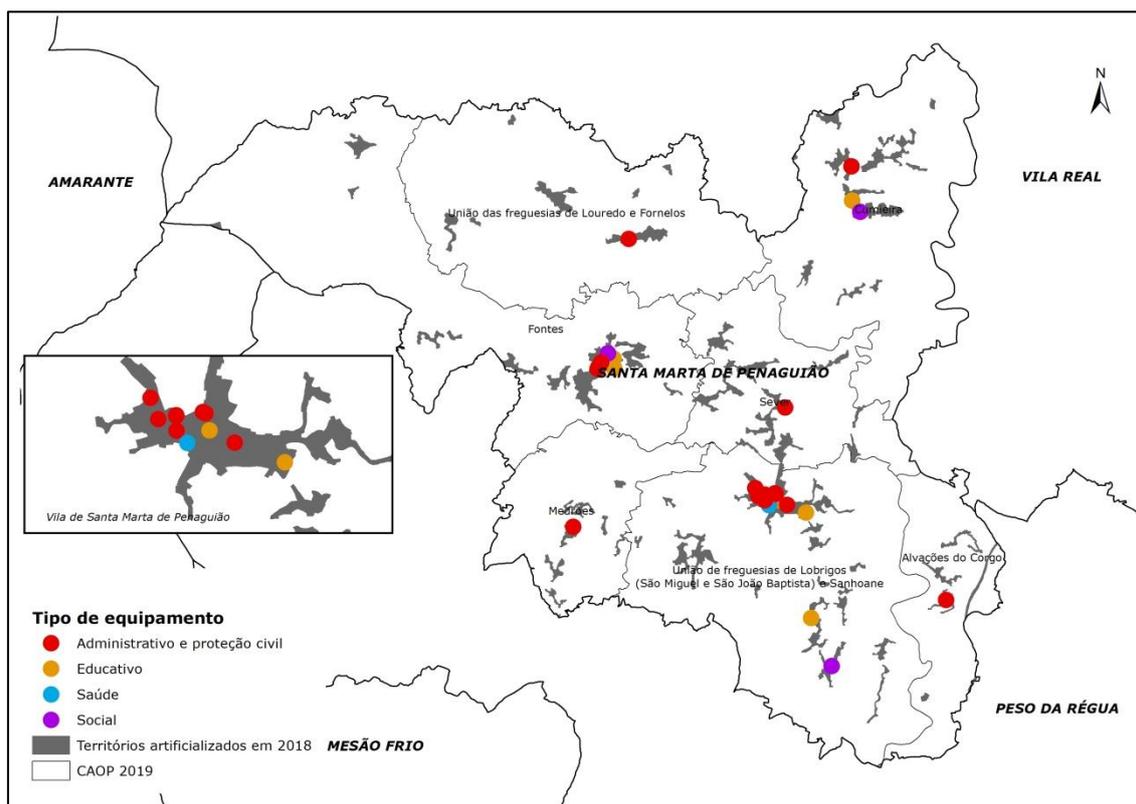
- Dinâmica do número de edifícios concluídos e licenciados com uma tendência de regressão;
- A percentagem de construções novas é, ainda, superior à percentagem de edifícios reabilitados.

4.4. Equipamentos

Num contexto de valorização dos equipamentos do concelho, o município de Santa Marta de Penaguião concorreu ao FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), e no âmbito do Programa de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, viu aprovado o projeto de Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião, com início a 14 de março de 2018 e fim a 31 de agosto de 2020; e o projeto, ainda em curso, de Reconversão do Antigo Edifício dos Paços do Concelho e Biblioteca Municipal/ Escola de Artes Santa Marta de Penaguião, com início no dia 1 de janeiro de 2020 e fim no dia 1 de fevereiro de 2020.

Apresenta-se de seguida a rede de equipamentos do concelho.

Figura 23: Equipamentos



Fonte: Elaboração própria

Na figura apresentada estão georreferenciados os equipamentos do concelho, de forma a permitir analisar a oferta existente.

Denota-se uma concentração de equipamentos e serviços na Vila de Santa Marta de Penaguião. De seguida, estes indicadores serão analisados de forma pormenorizada, de acordo com as suas especificidades, e desagregados à escala das freguesias, sempre que pertinente e possível.

4.4.1. Educação

O concelho de Santa Marta de Penaguião não apresenta grandes evoluções relativamente aos equipamentos educativos, observando-se uma estagnação dos mesmos a partir de 2013. O número de equipamentos registado é de 6 estabelecimentos que são distinguidos pelo tipo de ensino lecionado, como se pode observar através da tabela seguinte.

Tabela 7: Número de equipamentos de ensino

Equipamentos Escolares	Tipo de ensino lecionado
Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São Miguel	Pré-escolar
Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de São João de Lobrigos	Pré-escolar
Centro Escolar de Santa Marta de Penaguião	Pré-escolar e 1º Ciclo
EB1 do Assento	1º Ciclo
EB1 de Fontes	1º Ciclo
EB1 de São João de Lobrigos	1º Ciclo

Fonte: CMSMP

4.4.2. Social

Os equipamentos de Ação Social correspondem aos equipamentos destinados a toda a comunidade, designadamente crianças, jovens e população adulta. A tipologia da maioria é de natureza diversificada, de modo a prestar o maior número de serviços e, conseqüentemente, servir o maior número de pessoas. O quadro seguinte é representativo dos equipamentos de índole social que serve todo o concelho de Santa Marta de Penaguião.

Tabela 8: Número de equipamentos sociais

Equipamentos de Ação Social	Tipologia	Freguesia
Centro Social Paroquial Santa Eulália da Cumieira	Múltiplas funções	Cumieira
Fundação Doutor Carneiro Mesquita	Múltiplas funções	Fontes
Centro Social Paroquial São Miguel de Lobrigos	Múltiplas funções	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Fundação Asílio Luís Vicente	Múltiplas funções	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

Fonte: Carta Social

4.4.3. Saúde

O concelho de Santa Marta de Penaguião integra a Administração Regional de Saúde do Norte (Administração Regional de Saúde do Norte), sendo servido pelo Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Douro I – Marão e Douro Norte.

Tabela 9: Número de equipamentos de saúde

Equipamentos de Saúde	Tipologia	Freguesia
USF de Santa Marta	Unidade e Saúde Familiar	U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

Fonte: Administração Regional de Saúde do Norte

- Efetivos de Santa Marta de Penaguião

Uma vez que o único equipamento de saúde localizado no concelho é a USF de Santa Marta e face à sua proximidade geográfica, importa referir que o hospital de referência do concelho é o Hospital de Vila Real pertencente ao Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Na tabela que se segue percebe-se a evolução da operação do hospital de referência.

Tabela 10: Número de efetivos

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro: Hospital de Vila Real	2016	2017	2018	Variação 2016/2017	Variação 2017/2018
N.º de profissionais	2501	2597	2653	3,84%	2,16%
Total das consultas	300694	310050	312386	3,11%	0,75%
Atendimentos nos serviços de emergência (Hosp. Vila Real)	84824	83332	87011	-1,76%	4,41%
Evolução das cirurgias programadas	11447	13569	10931	18,54%	-19,44%
N.º de utentes em espera	35987	37549	39983	4,34%	6,48%
N.º de doentes em supervisão domiciliária	1060	1209	1408	14,06%	16,46%
Utentes de Santa Marta de Penaguião que se dirigiram ao Serviço de urgências	4513	4507	4609	-0,13%	2,26%
N.º de Reclamações no Hosp. Vila Real	400	450	358	12,50%	-20,44%
N.º de Reclamações no CHTMAD	645	671	554	4,03%	-17,44%
N.º de Elogios no Hosp. Vila Real	50	30	25	-40,00%	-16,67%
N.º de Elogios no CHTMAD	99	103	73	4,04%	-29,13%

Fonte: Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro

De um modo geral, destaca-se o aumento gradual do número de profissionais e o aumento do número de consultas, assim como o aumento do número de utentes em espera. No que concerne, especificamente aos utentes de Santa Marta de Penaguião denota-se um aumento dos utentes que se dirigem às urgências do hospital.

4.4.4. Administração e Proteção Civil

Os serviços públicos do concelho integram equipamentos de atuação distinta como serviços de administração, de proteção civil e financeiros, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 11: Número de equipamentos administrativos e de proteção civil

Equipamentos de Administrativos e de Proteção Civil	Nº	Freguesia
Instituto da Segurança Social	1	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	1	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Cartório	1	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Serviço de Finanças	1	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane

Equipamentos de Administrativos e de Proteção Civil	Nº	Freguesia
GNR	1	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Bombeiros	2	Fontes, União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Câmara Municipal	1	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane
Juntas de Freguesias	7	União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, Alvações do Corgo, Medrões, Sever, Cumieira, U.F. de Louredo e Fornelos e Fontes

Fonte: Elaboração própria

Após a leitura da tabela, é possível concluir que à exceção dos serviços de administração local, como é o caso das juntas de freguesia, os restantes equipamentos encontram-se localizados na U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, que integra a Vila de Santa Marta de Penaguião. As restantes freguesias não integram serviços de administração e proteção civil, pois não refletem uma centralidade tão clara quanto à da U.F. mencionada anteriormente.

Síntese

Aspetos Positivos:

-Concentração da maioria dos equipamentos no aglomerado urbano principal, funcionando como polo de serviços de todas as freguesias do concelho.

Aspetos Negativos:

- Uma vez que os serviços estão todos concentrados no aglomerado urbano principal não se denotam aspetos negativos neste domínio, uma vez que a concentração de equipamentos permite um grau de polarização territorial, suficiente a todas as freguesias do concelho.

4.5. Património

4.5.1. Imóvel

O concelho de Santa Marta de Penaguião integra valores patrimoniais com interesse cultural, designadamente património arquitetónico e arqueológico. Segundo a Lei nº 107/2011, de 6 de setembro, O Estado deve “assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”, de modo a garantir a valorização do património cultural e a identidade herdada de cada território.

De forma a abordar a questão patrimonial e segundo a base de dados existente da DGPC, foram registados um total de 13 imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público (IIP), dos quais 10 são categorizados como valores arquitetónicos civis, 2 arquitetónicos religiosos e 1 de valor arqueológico. De referir que, a maioria dos imóveis identificados na tabela seguinte representam marcos graníticos (9 imóveis).

Tabela 12: Património imóvel existente no concelho

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/ Tipologia
Marco Granítico nº 72	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Capela de São Pedro de Medrões	Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Igreja Paroquial da Cumieira	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Marco Granítico nº 53	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Marco Granítico nº 54	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Marco Granítico nº 55	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Igreja Paroquial de São João Baptista	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia/ Igreja
Marco Granítico nº 48	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Pelourinho de Santa Marta de Penaguião	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho
Marco Granítico nº 50	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Marco Granítico nº 49	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco
Marco Granítico nº 51	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco

Designação	Categoria de Proteção	Categoria/ Tipologia
Marco Granítico nº 52	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Marco

Fonte: DGPC

Segundo os dados recolhidos na DGPC, a Capela de São Pedro localiza-se junto ao cemitério de Medrões e é considerada a sede da Irmandade dos clérigos do concelho de Santa de Marta de Penaguião, corresponde a uma edificação seiscentista e foi alvo de uma campanha decorativa no decorrer do século XVIII.

A Igreja Paroquial da Cumieira construída por devoção a Santa Eulália corresponde a uma construção setecentista e, segundo a data inscrita na porta principal, possivelmente concluída em 1729. A igreja foi também, alvo de uma campanha decorativa nos anos precedentes que originou a cobertura do templo com talha joanina e pinturas no exterior, a um templo coberto de talha joanina, pinturas realizadas por Nicolau Nasoni, em 1739.

A Igreja Paroquial de São João foi construída no século XVIII e foi alvo de uma campanha decorativa na primeira metade do século. Esta encontra-se num pequeno largo onde se localiza, também, uma fonte de espaldar barroco com pedra de armas, e a sua fachada principal é, conjuntamente, a base da torre sineira.

4.5.2. Árvores de interesse público

A informação disponibilizada pelo ICNF relativa às árvores de interesse público demonstrou que o *cupressus sempervirens L*, conhecido vulgarmente como cipreste-comum ou cipreste italiano, é considerado uma árvore de interesse público no concelho de Santa Marta de Penaguião, localizada na U.F. de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, mais concretamente na propriedade privada da Quinta do Pinheiro.

Figura 24: Cipreste comum - Quinta do Pinheiro



Fonte: ICNF

Em termos característicos esta é uma árvore bastante apreciada para fins decorativos, uma vez que a sua folha é bastante persistente e mantém-se verde (daí a referência ao seu nome "sempervirens"), e identificava as casas de carácter senhorial da região. É de referir ainda que o cipreste apresenta uma elevada resistência ao fogo, comprovado através de testes realizados, que concluíram um alto teor de humidade (entre 84% e 94%) durante o Verão.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Património cultural diversificado e classificado;
- Património agrícola privilegiado pela proteção do Douro.

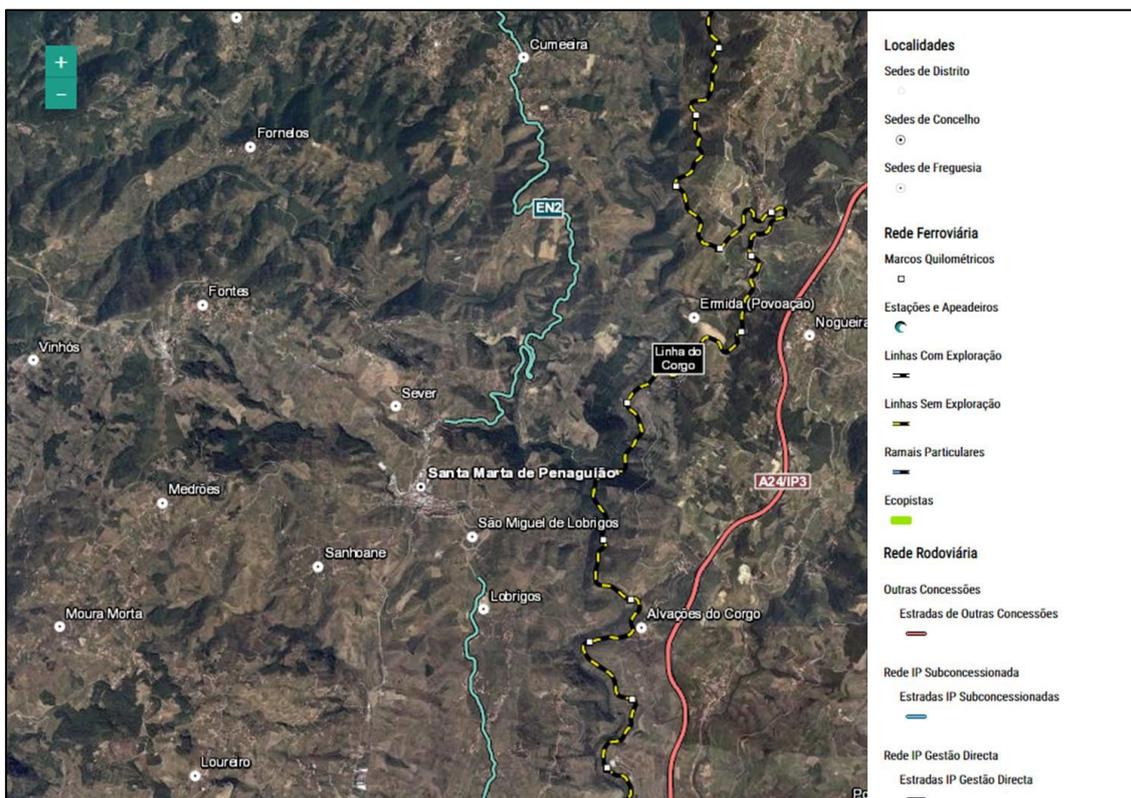
Aspetos Negativos:

- Uma vez que o concelho apresenta uma baixa densidade, não são apresentados aspetos negativos neste domínio.

4.6. Mobilidade

No que concerne à mobilidade do concelho de Santa Marta de Penaguião é importante realizar uma contextualização face à sua envolvente. Através da figura representada, destaca-se as infraestruturas rodoviárias que desempenham as ligações de comunicação do concelho.

Figura 25: Enquadramento das infraestruturas do concelho



Fonte: IMT

Rede Nacional Fundamental:

A IP3/A24 – Autoestrada do Interior Norte- permite a ligação entre Trás-os-Montes e a Beira Alta e, uma vez que atravessa o vale do rio Douro, é considerada uma das mais sinuosas do país.

- IP3/A24, incluída na Concessão Brisa apresenta o nó e acesso imediato: Portela – Régua.

Estradas Nacionais:

A EN2 permite a ligação da Vila de Santa Marta de Penaguião ao atual nó 11 da IP3/A24, esta estrada é considerada sinuosa, uma vez que atravessa a

paisagem vinícola do vale do Corgo, inserida na Região Vinhateira do Alto Douro. Simultaneamente, é uma infraestrutura de elevado valor turístico/recreativo, verificando-se isso com a elaboração durante o ano de 2019 dos 75 anos da infraestrutura e ser considerada a maior estrada da Europa.

- EN 2, integrada na Rede Nacional de Estradas apresenta o nó de acesso imediato: Santa Marta de Penaguião – Peso da Régua

Estradas Municipais:

- N303, incluída na Rede de Estradas Municipais apresenta a ligação entre Vila Real (Parada de Cunhos), serve o norte do concelho, à Vila de Santa Marta de Penaguião, que constitui uma variante da N2. Esta estrada principal apresenta a variante N304-3, serve a parte ocidental do concelho (Fontes e Sanhoane).

Os caminhos de ferro foram, progressivamente, substituídos pelos transportes rodoviários e aéreos, que resultou no aumento das dificuldades económicas para as empresas, levando a que estas se concentrassem na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP), que foi nacionalizada em 1975.

Apesar de Portugal entrar para a Comunidade Económica Europeia em 1986, os investimentos feitos na rede ferroviária centraram-se nos eixos principais, levando à suspensão e reformulação, entre 1986 e 1995, de muitas linhas. A linha do Corgo, denominada por Linha do Vale do Corgo foi desativada no dia 25 de março de 2009 ao abrigo da Rede Ferroviária Nacional, em julho de 2010.

Figura 26: Principais eixos de comunicação do concelho



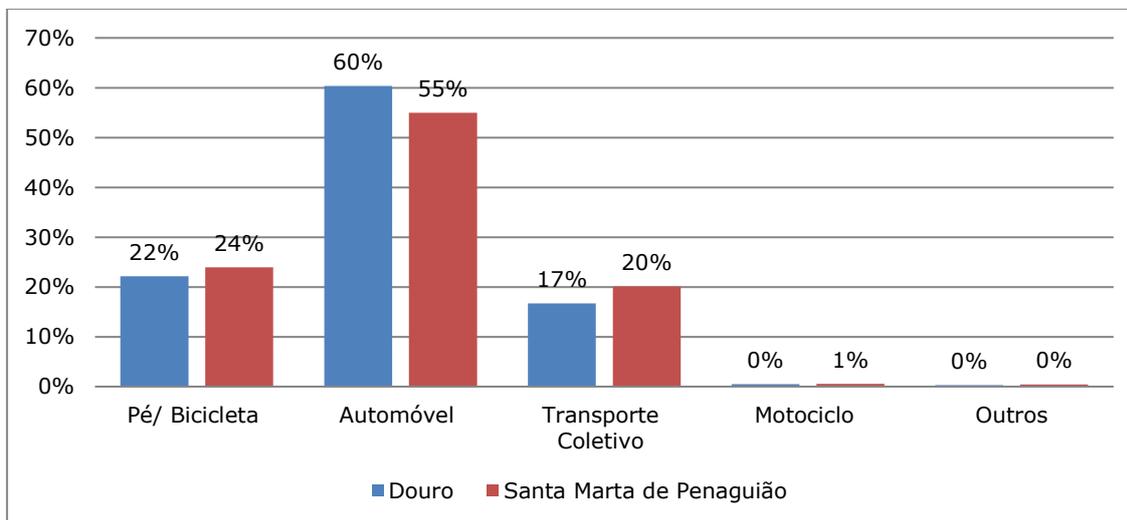
Fonte: Infraestruturas de Portugal

De acordo com a figura supra, o Plano Rodoviário Nacional 2000, no concelho de Santa Marta de Penaguião mantem-se inalterável.

4.6.1. Movimentos pendulares

A par da realidade rodoviária acima analisada, importa avaliar os movimentos pendulares da população e os modos de transporte utilizados.

Figura 27: Modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares

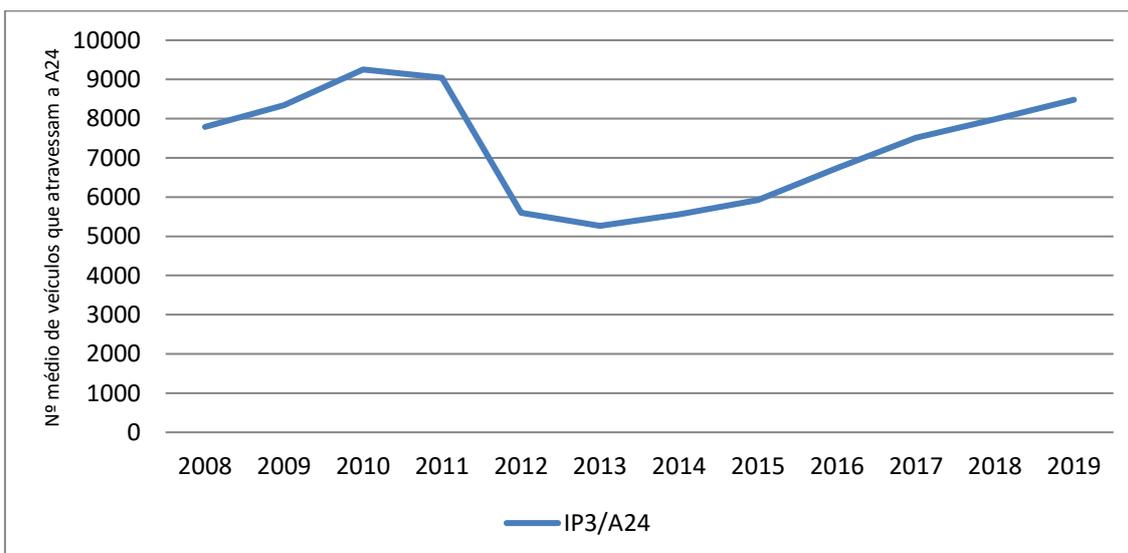


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Com base no gráfico apresentado, verifica-se que o automóvel (ligeiro como condutor ou passageiro) lidera as preferências da população como forma de se movimentar. As deslocações realizadas através de automóvel registam 55% dos movimentos pendulares em Santa Marta de Penaguião. Este registo pode ser justificado com base na inexistência de outra infraestrutura de transporte de atividade, além da rodoviária, que acaba por incentivar o uso de automóvel como modo de deslocação principal. Contudo, e apesar de ser uma percentagem considerável para o concelho, este valor é inferior se comparado com a sub-região do Douro.

4.6.2. Fluxo na infraestrutura rodoviária (IP3/A24)

Neste contexto e com base nos dados recolhidos sobre as infraestruturas rodoviárias e o modo de transporte mais utilizado pela população, que se concluiu ser o automóvel, importa fazer uma análise do tráfego médio diário mensal da autoestrada que atravessa o concelho.

Figura 28: Tráfego médio diário da autoestrada que atravessa o concelho

Fonte: IMT

No que respeita a informação relativa ao fluxo de tráfego patente na estrutura acima mencionada, em relação à autoestrada, foi obtida através da consulta do IMT. Importa referir que a partir do dia 8 de dezembro de 2011 a autoestrada passou a ser taxada através de portagens eletrónicas.

De um modo geral, o fluxo de automóveis que atravessa a rede de estradas nacionais apresenta uma quebra de tráfego de 2008 até 2011 reflexo da crise económica que o país atravessou. A partir de 2013 verifica-se uma tendência crescente do número médio de veículos, resultante da conjugação de vários fatores, como a recuperação económica, o aumento do ganho médio mensal e a diminuição do número de inscritos no centro de emprego.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Boa rede de infraestruturas rodoviárias;
- Tendência crescente do fluxo de tráfego na infraestrutura IP3/A24.

Aspetos Negativos:

- Automóvel predomina como o modo de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares.

4.7. Ambiente

A Lei de Bases do Ambiente rege a política pública ambiental que tem como suporte a promoção do desenvolvimento sustentável, com vista à criação de uma sociedade desenvolvida em volta de uma “economia verde” e progressiva, e à gestão adequada do ambiente, de forma a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

A concretização desta política depende dos diferentes órgãos e agentes de decisão e da mobilização e coordenação de todos os cidadãos, através de um processo participado entre todos com vista a uma melhor consciência ambiental (art. 2.º da Lei nº 19/2014, de 14 de abril).

Os indicadores de seguida enunciados enquadram-se numa contextualização e análise das dinâmicas ambientais, de forma a permitir uma compreensão das mesmas face ao período de vigência do Plano.

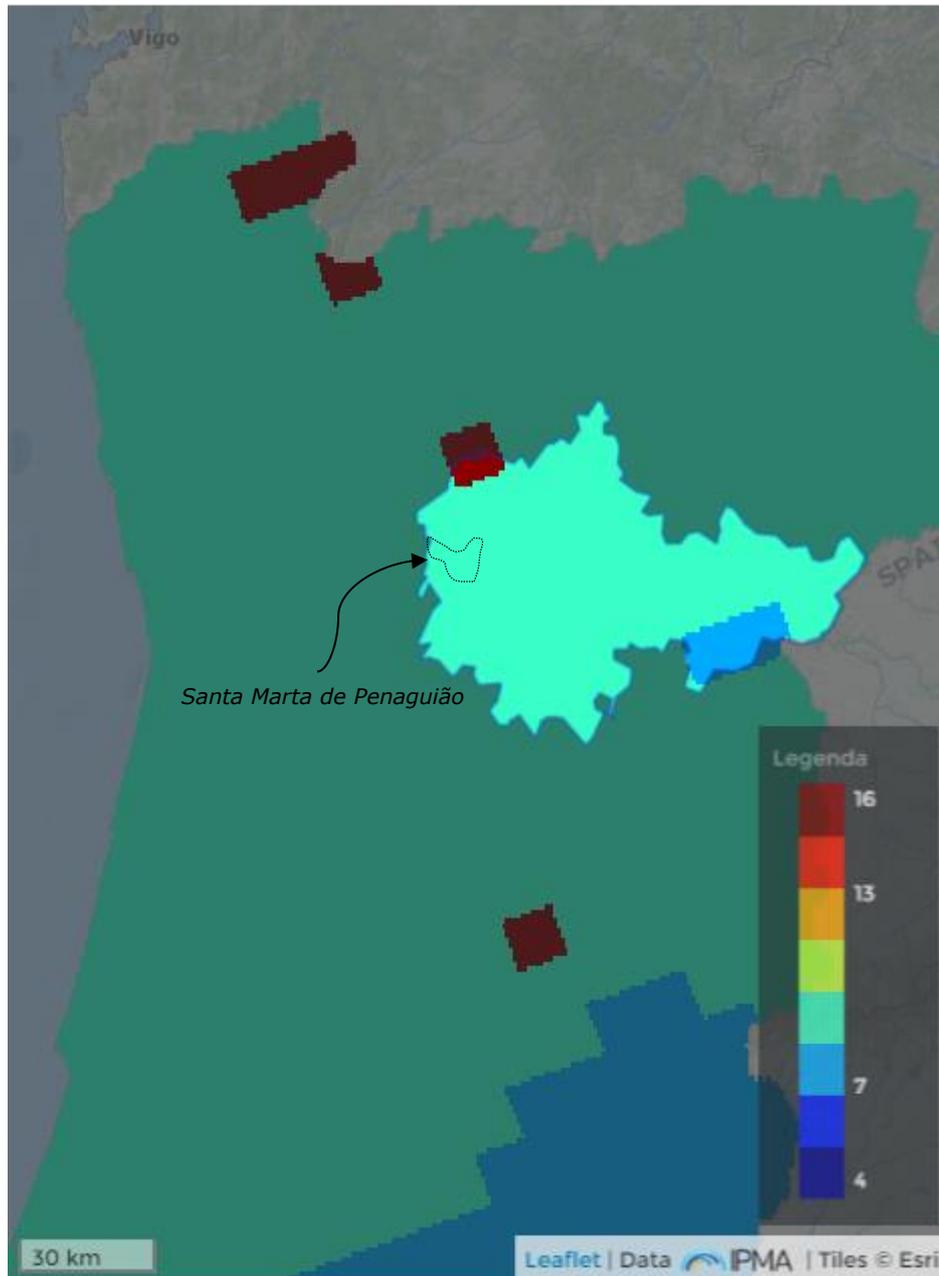
4.7.1. Clima

- A Classificação Climática de Koppen para a área envolvente ao concelho de Santa Marta de Penaguião: Csb (IPMA, 2017), clima temperado com Verão seco e suave, em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela e nas regiões do litoral oeste do Alentejo e Algarve.
- Temperatura Média: 11.0°C
- Precipitação Média Acumulada: 1345.7 mm
- Amplitude Térmica Média: 9.2°C
- Risco de Incêndio: Extremo: 1.0 dias/ Elevado: 31.5 dias/ Moderado: 33.5 dias/ Baixo: 295.5/ Sem informação para 3.5 dias.

Figura 29: Classificação de Koppen

Classificação climática - koppen

Período 1971-2000, Douro



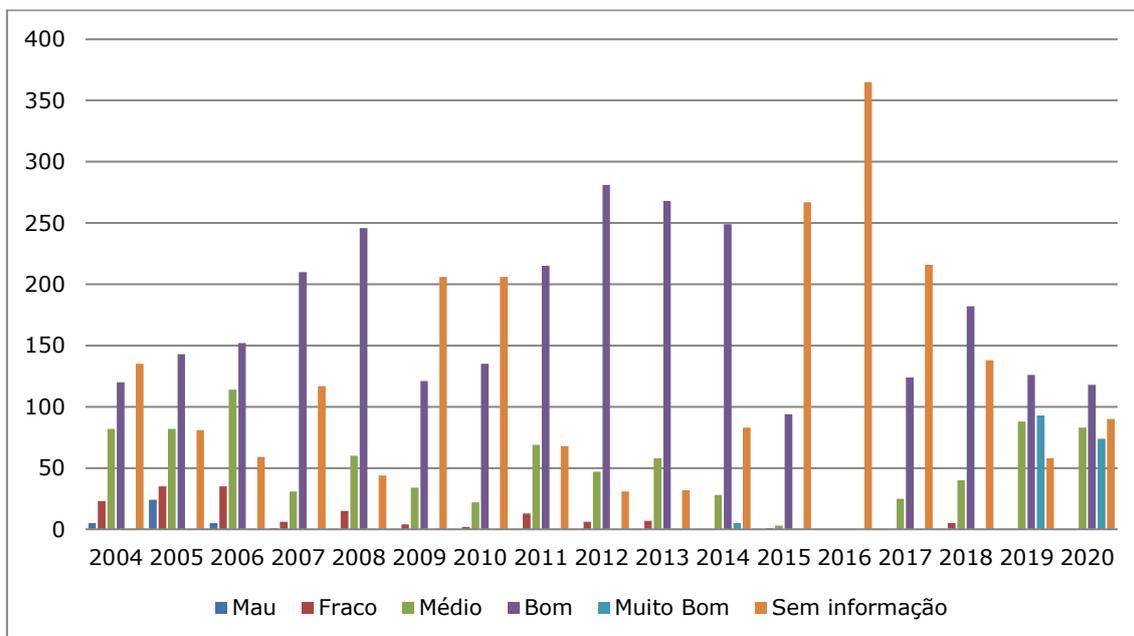
Normais climatológicas: Histórico simulado - 1971-2000, Média temporal : Anual, Estatística: Média 30 anos, Modelo Regional: Ensemble, Modelo Global: Ensemble

Fonte: Portal do Clima

4.7.2. Qualidade do ar

A questão da qualidade do ar integra um conjunto de elementos monitorizados pela Agência Portuguesa do Ambiente, que permite a seleção e avaliação dos registos ao longo do ano através da estação Norte.

Figura 30: Qualidade do ar nas estações onde o concelho se insere



Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

Primeiramente interessa referir que existe uma percentagem considerável de dias sem informação registados na estação Norte. Contudo, e face aos dados apresentados no gráfico anterior, conclui-se que os valores que se destacam são os que caracterizam a qualidade do ar como "Bom".

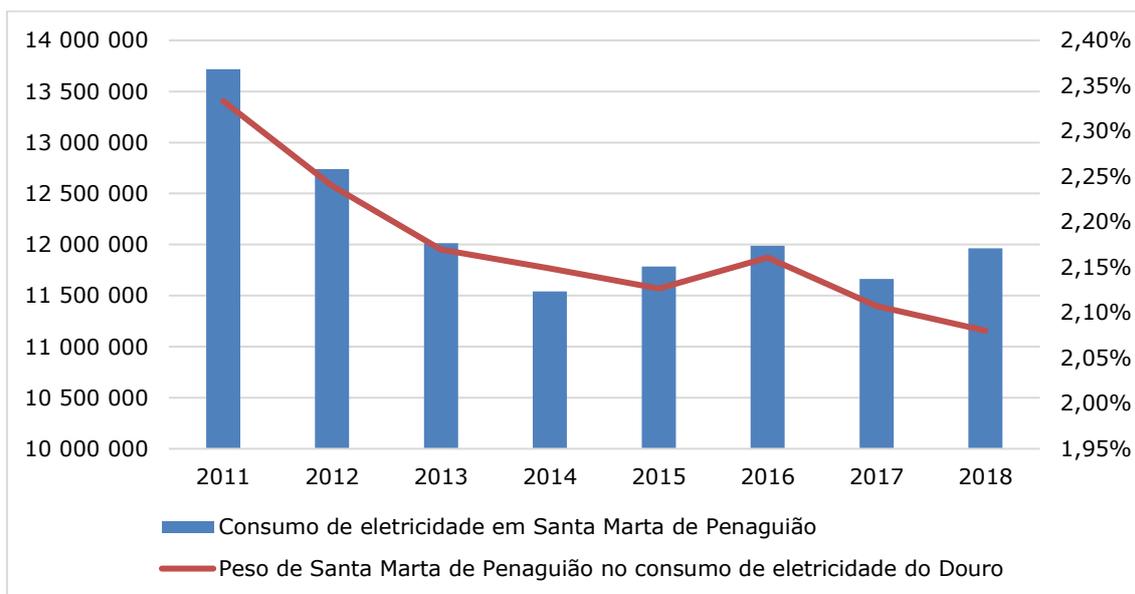
Importa ressaltar ainda que o número de dias classificado como "Muito Bom" começa a ganhar expressão no ano de 2019 e 2020, o que contrasta com o facto de não representatividade nos anos anteriores.

4.7.3. Consumo de eletricidade

A recuperação do consumo elétrico nos anos pós-crise verifica-se a partir de 2014. Contudo, os valores estão longe de se aproximar dos valores registados no período da crise, verificando-se ainda algumas oscilações a partir de 2016.

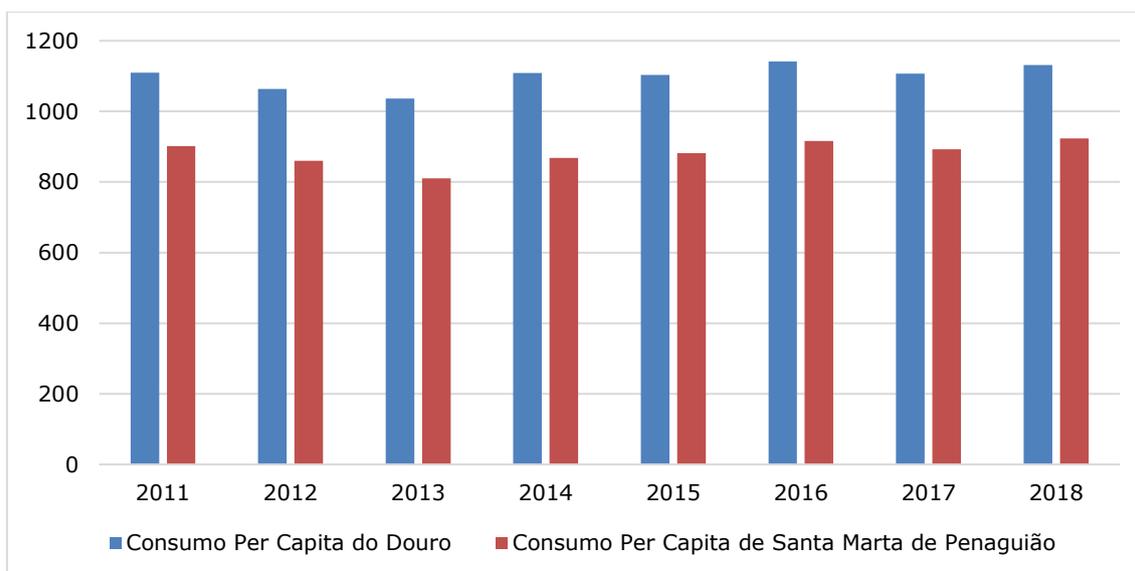
No geral o concelho apresenta valores per capita mais baixos comparativamente com o Douro, que podem ser justificados pela diminuição do poder aquisitivo da população, uma vez que o ganho médio mensal em Santa Marta de Penaguião é mais do que o do Douro – indicador analisado no ganho médio mensal no município para trabalhadores por conta de outrem.

Figura 31: Consumo de eletricidade do concelho



Fonte: Elaboração própria baseada no INE

Figura 32: Consumo per capita de eletricidade

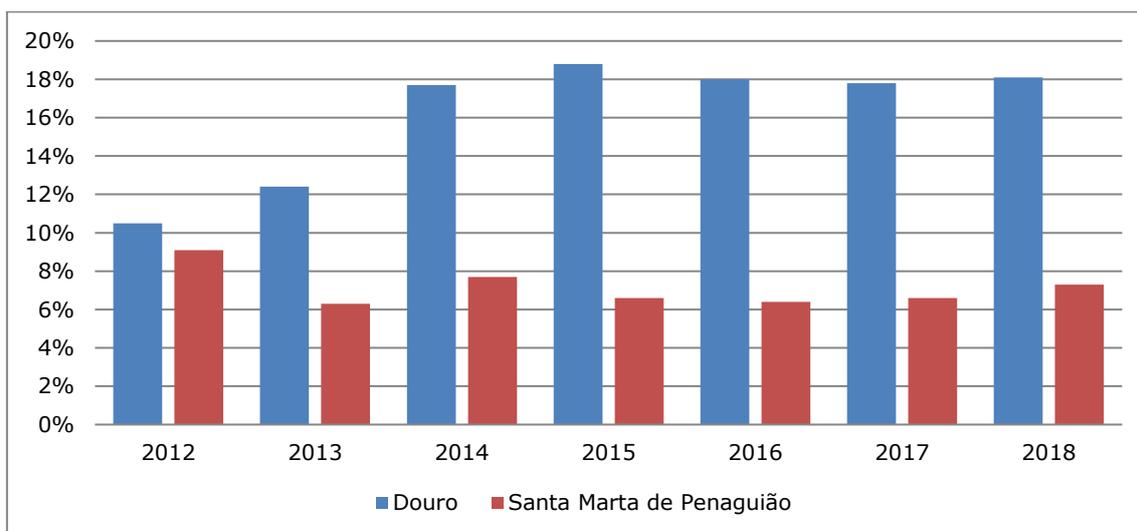


Fonte: Elaboração própria baseada no INE

4.7.4. Resíduos urbanos

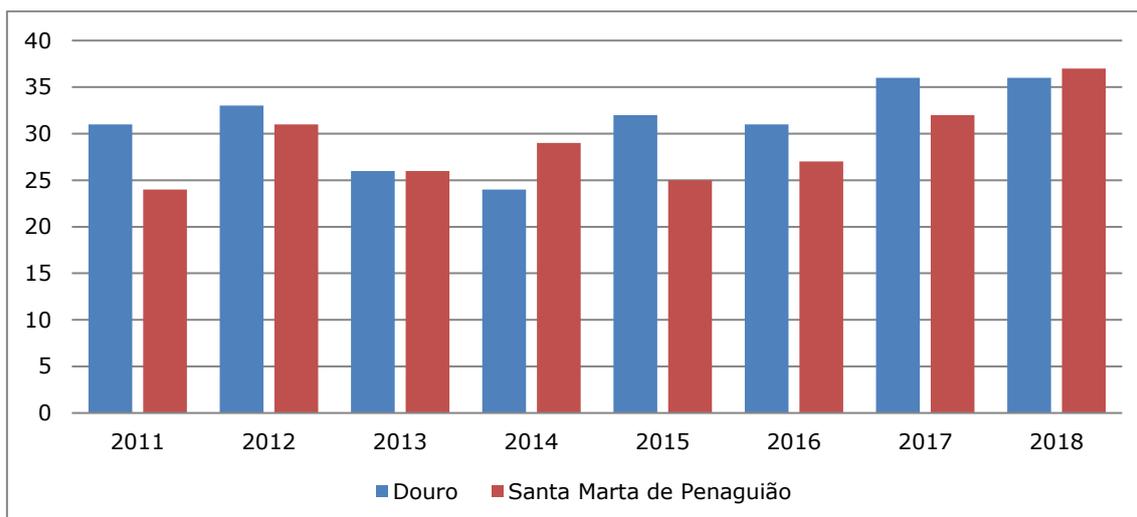
Relativamente à questão dos resíduos urbanos é necessário ter em consideração os indicadores, como a proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem; os resíduos urbanos recolhidos seletivamente por cada habitante do concelho e os resíduos recolhidos por habitante de modo geral – recomenda-se a consulta das figuras seguintes.

Figura 33: Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem

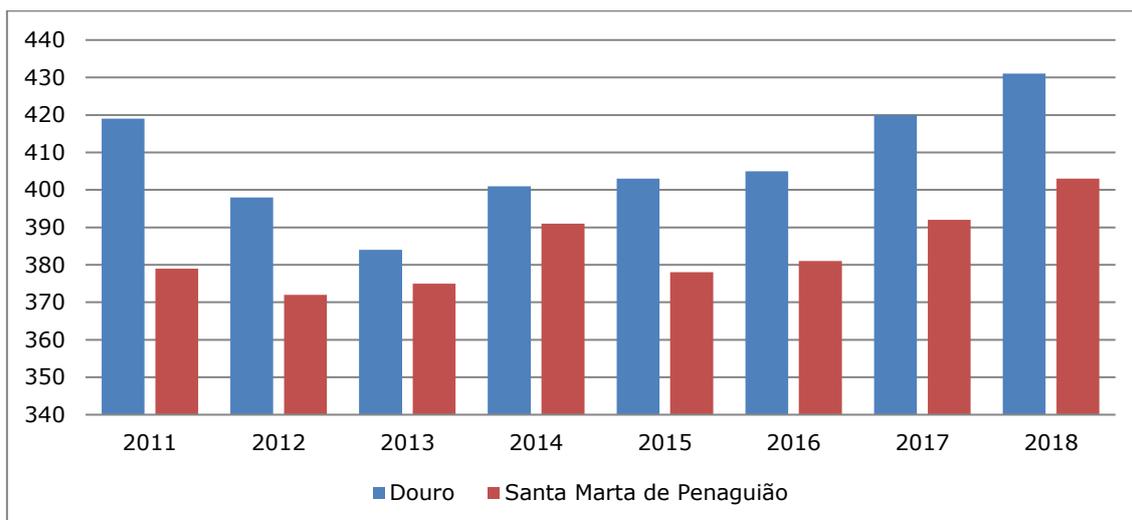


Fonte: INE

Figura 34: Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante



Fonte: INE

Figura 35: Resíduos urbanos recolhidos por habitante

Fonte: INE

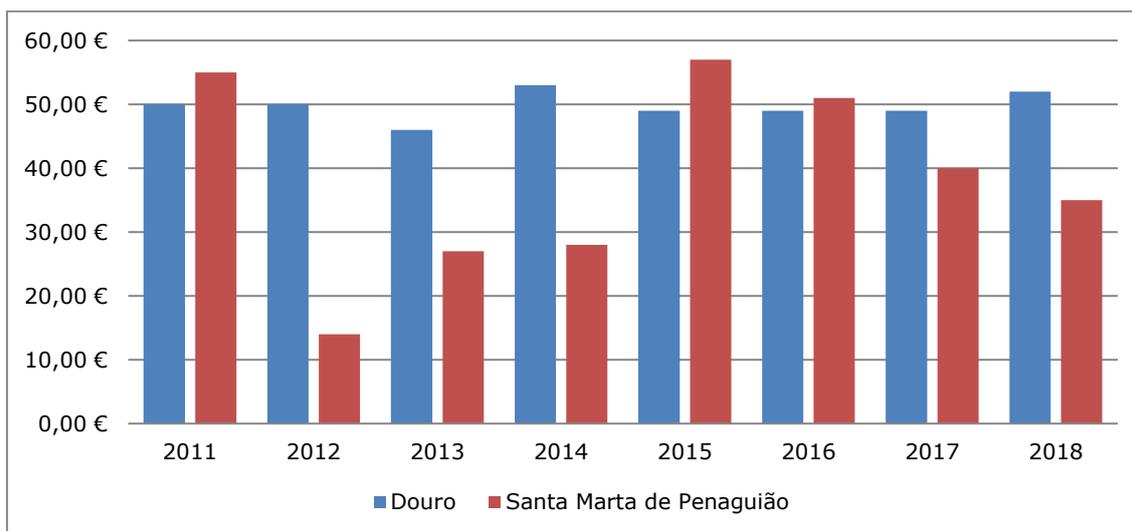
A significativa preocupação com o ambiente, suportada pela consciencialização das populações através da promoção de práticas sustentáveis e uma melhor gestão ambiental, permite justificar a positiva evolução da proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem.

Em relação aos resíduos urbanos recolhidos seletivamente é de referir, primeiramente, uma aproximação dos valores municipais aos valores sub-regionais, que refletem uma evolução bastante positiva. No que respeita aos resíduos urbanos indiferenciados, observa-se uma quebra entre 2011 e 2013, ligado à crise e consequentemente regressão do consumo.

4.7.5. Despesas em ambiente

Neste seguimento, e de forma a analisar com maior precisão o domínio ambiental, analisa-se de seguida as despesas efetuadas em ambiente do município por habitante.

Figura 36: Despesas em ambiente do município por habitante



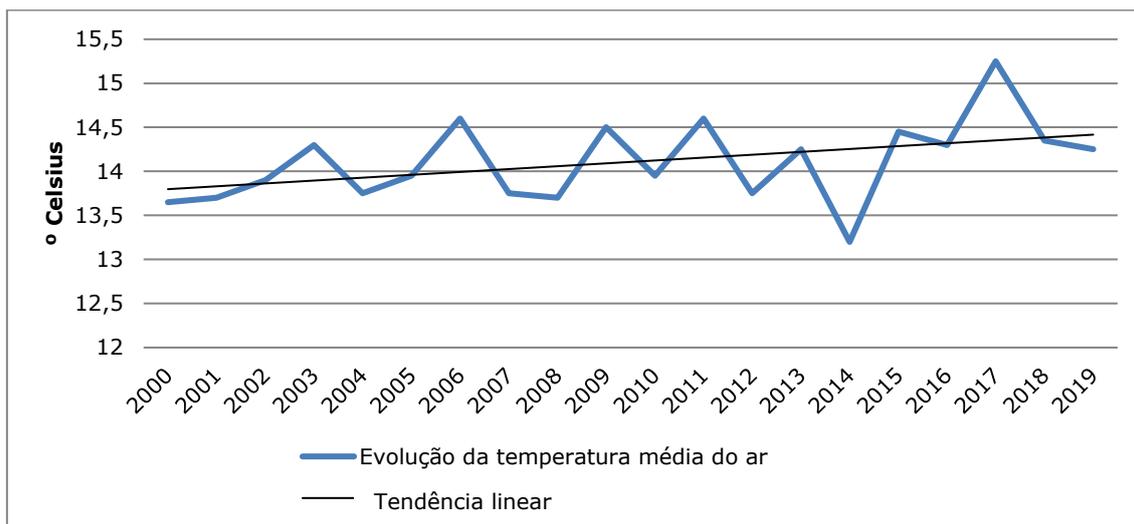
Fonte: INE

Relativamente às despesas do município importa destacar que a sub-região do Douro apresenta valores mais constantes comparativamente com Santa Marta de Penaguião. De modo geral, o município apresenta valores variáveis, observando-se períodos de crescimento (2012 a 2014) e uma tendência decrescente a partir de 2015. De reforçar ainda que 2012 apresenta um valor bastante positivo (14€/hab.).

4.7.6. Evolução da temperatura média do ar

A base de dados disponibilizada pela Pordata, não contém indicadores para a área de referência, assim sendo foi criado um indicador base de proximidade, de forma a permitir a avaliação dos resultados.

Figura 37: Evolução da temperatura média do ar



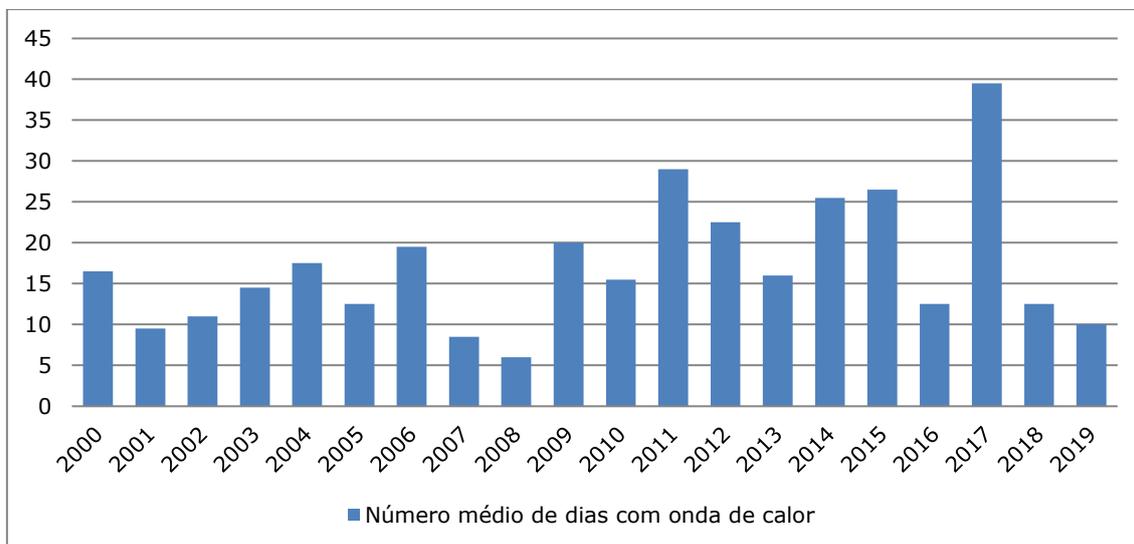
Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

O indicador base criado resultou do valor médio registado entre Bragança e o Porto, e através da análise dos registos, conclui-se que este acompanha a dinâmica das alterações climáticas, pois reflete o aumento da temperatura ao longo dos anos (0,5°C).

No que diz respeito à questão dos incêndios no concelho de Santa Marta de Penaguião, importa referir que o número de incêndios e correspondentemente a área ardida do concelho não tem representatividade em termos gráficos, uma vez que a ocupação do solo é predominantemente agrícola.

4.7.7. Número médio de dias com onda de calor

Figura 38: Número médio de dias com onda de calor

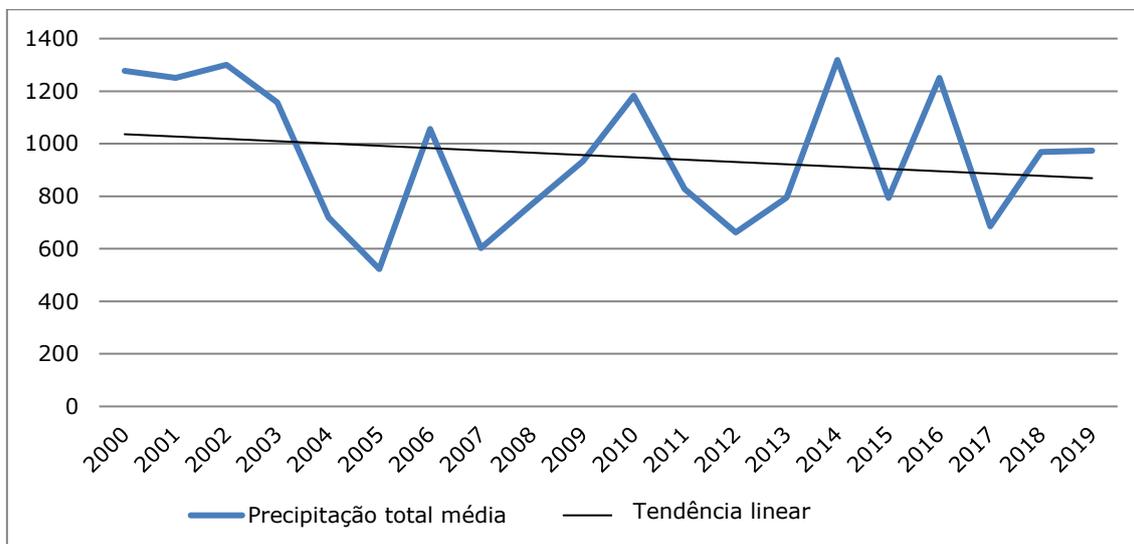


Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

Seguindo a mesma metodologia para aferição dos valores da área de referência e de forma a realizar uma análise mais clara deste indicador pode-se dividir a informação acima representada em dois grandes períodos, Pré 2010, onde se regista, em média, 14 dias com ondas de calor e Pós 2011 onde se verifica, em média, 22 dias com ondas de calor. Estes valores indicam uma tendência crescente do número de dias de calor que, consequentemente aumenta a probabilidade de ocorrência de períodos de seca.

4.7.8. Evolução da precipitação

Figura 39: Evolução da precipitação



Fonte: Elaboração própria baseada na Pordata

Tal como os dois indicadores anteriores, utilizou-se para analisar os dados, o mesmo indicador base criado (média registada em Bragança e no Porto), e verifica-se que existe uma tendência para a diminuição da precipitação. Importa referir que o período pós 2011 comparativamente com o período pré 2010 reflete-se cada vez mais irregular com tendência para diminuir.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Destaque no número de dias com boa qualidade de ar;
- Evolução positiva de proporção de resíduos urbanos preparados para a reutilização e reciclagem;
- Número de incêndios sem representatividade no concelho.

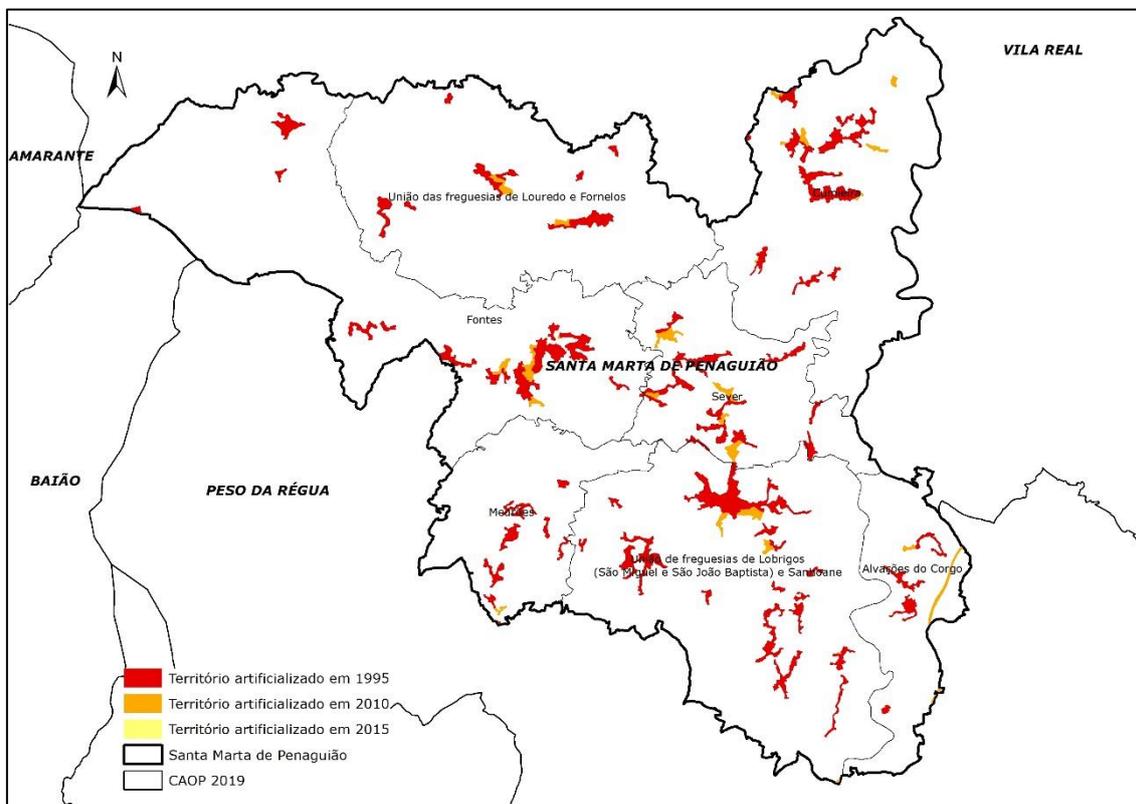
Aspetos Negativos:

- O concelho acompanha a dinâmica das alterações climáticas – aumento da temperatura;
- Tendência crescente do número de dias de calor;
- Tendência para a diminuição da precipitação.

4.8. Solo

4.8.1. Evolução Urbana

Figura 40: Evolução do território artificializado entre 1995 e 2015



Fonte: COS

Na sua generalidade o concelho de Santa Marta de Penaguião apresenta aglomerações rurais. Dado que a Carta de Uso da Ocupação do Solo apresenta informações a nível macro, em termos de evolução, salienta-se o ano de 2015, como o ano em que não ocorreram quaisquer alterações.

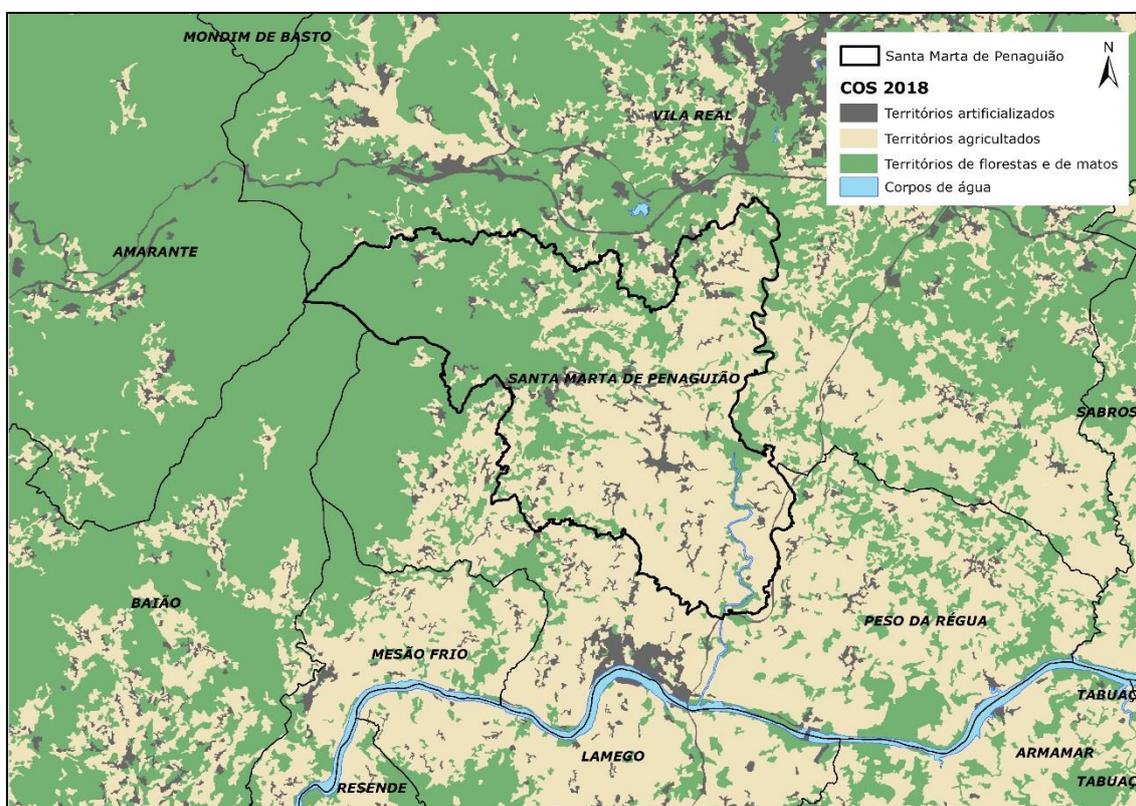
Do ponto de vista das grandes alterações, do território artificializado entre o ano de 1995 e 2010, destacam-se as freguesias de Fontes e a U.F. de Lobjigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, que relativamente a esta última verifica-se um crescimento mais acentuado a norte da freguesia, em direção a Sever, ao longo da EN2.

Pode-se ainda, distinguir a freguesia da Cumieira que demonstra pequenas ampliações da área construída e Alvações do Corgo com o aparecimento da IP3/A24.

4.8.2. Carta de Ocupação do solo

A Carta de Ocupação do Solo (COS) é uma produção cartográfica de Portugal Continental da responsabilidade da Direção Geral do Território (DGT). De forma a ser realizado um enquadramento do uso e ocupação do solo no concelho utilizou-se a COS 2018, que surge como uma reformulação no âmbito de um grupo de trabalho da Comissão Nacional do Território (CNT), coordenado pela DGT. Tendo como objetivo garantir consistência espacial e temática, a DGT está a produzir novas versões das COS anteriores, corrigindo alguns erros e adaptando as nomenclaturas.

Figura 41: Enquadramento do concelho na COS de 2018



Fonte: COS

A informação representada organiza a forma de uso e ocupação do solo em 4 grandes níveis: Territórios artificializados, que aglomera todo o tecido edificado, a indústria, outros equipamentos e instalações turísticas, a rede viária e espaço associados, áreas de construção e instalações desportivas; territórios agricultados; territórios de florestas e matos e os corpos de águas existentes.

O concelho é ocupado predominantemente por territórios agricultados, que representam 55% da área total do concelho, e por territórios de florestas e de matos, que apresentam 40% da área total. Uma vez que os territórios anteriormente mencionados representam 95% da ocupação do solo, a artificialização do solo apresenta níveis baixos, refletidos na baixa densidade observada. De ressaltar, que os corpos de água têm uma expressão reduzida dado que os resultados obtidos são residuais.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Concelho predominantemente ocupado por territórios agricultados;
- Valorização do setor vinícola.

Aspetos Negativos:

- Atendendo ao contexto de baixas densidades do concelho, não são considerados pontos negativos neste domínio, porque a estratégia de contenção da artificialização do território e de valorização do mosaico paisagístico do Douro vão ao encontro de uma estratégia de salvaguarda da identidade territorial e da colmatação do espaço urbano.

4.9. Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião, em vigor desde 2011, tem como grande princípio a consolidação do papel do concelho no contexto regional, através do desenvolvimento e qualificação do espaço urbano, a afirmação do setor económico, a preservação e valorização do património e a sustentabilidade e a prevenção ambiental.

A avaliação do PDMSMP realizada está dividida em quatro domínios:

- Alterações legislativas;
- Programa de execução;
- Gestão Territorial;
- Objetivos do PDMSMP.

4.9.1. Alterações legislativas

No presente subcapítulo de análise do PDMSMP contextualiza-se o cenário legislativo de publicação do PDMSMP em vigor com o atual do ordenamento do território.

O PDMSMP, publicado em 2011, foi redigido segundo o DL nº 380/99, de 22 de setembro integrando as exigências por este delineadas. De forma a compreender a legislação a que este estava submetido organizaram-se os atos legislativos na seguinte tabela.

Tabela 13: Atos legislativos do regime 1999

Elementos	Atos Legislativos
Jurídicos	DL nº 380/99, de 22 de setembro
Legislativos	Lei nº 48/98, de 11 de agosto DL nº 794/76, de 5 de novembro DL nº 181/70, de 28 de abril DL nº 152/82, de 3 de maio
Regulamentares	DR nº 9, 10 e 11/2009, de 29 de maio

Fonte: Elaboração Própria

Como referido no capítulo 2, verificou-se uma atualização necessária dos IGT face aos novos atos legislativos, verificados na próxima tabela.

Tabela 14: Atos legislativos do regime de 2014

Elementos	Atos Legislativos
Jurídicos	DL nº 80/2015, de 14 de maio
Legislativos	Lei nº 31/2014, de 30 de maio
Regulamentares	DR nº 15/2015, de 19 de agosto

Fonte: Elaboração Própria

O atual quadro legal tem como principais determinações e conteúdos:

- Uma nova **classificação do solo**, dividida em solo urbano e solo rústico (anteriormente solo urbano, com categorias operacionais de urbanizado e urbanizável, e solo rural);
- **Possibilidade de reclassificação do solo rústico em solo urbano** (sustentada na elaboração de planos de pormenor com efeitos registais);
- **Fundamentação da sustentabilidade económica e financeira** do programa de execução/integração no Plano de Atividades e Orçamento da CMSMP (com a intenção de criar mecanismos de financiamento para a execução dos IGT tendo, como sugestão, a criação do fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística);
- **Reserva de solo** (com a definição de um período de concretização das propostas do PDMSMP);
- **Regime económico e financeiro** (com a adoção do princípio da economia e eficiência, assegurando a utilização racional e eficiente dos recursos naturais e culturais, bem como a sustentabilidade ambiental e financeira das opções adotadas pelos programas e planos territoriais);
- **Avaliação permanente e dinâmica** (com a monitorização e a realização do REOT para a supervisão da execução dos IGT).

Complementarmente, o novo quadro regulamentar, entre outros aspetos, define:

- **Solo urbano**, como o solo que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado;
- **Solo rústico**, como o solo que, pela sua aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação e valorização de recursos naturais, à exploração de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo e recreio, e aquele que não seja classificado como urbano.

Assim sendo, o PDMSMP de 2011 face a estas alterações legislativas não cumpre com estas novas orientações, em particular no que respeita às regras de classificação e qualificação do solo.

Serve de exemplo os extratos de seguida demonstrados, quer da legenda da Planta de Ordenamento, quer do Regulamento.

↳ Alterar Classificação do Solo na Planta de Ordenamento:

SOLOS DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA	
	ESPAÇOS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS DE NÍVEL I
	ESPAÇOS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS DE NÍVEL II
	ESPAÇOS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS

↳ Alterar Classificação do Solo no Regulamento:

CAPÍTULO III
Uso do solo
SECÇÃO I
Classificação do Solo Rural e Urbano
Artigo 10.º
Identificação
<p>Para efeitos do disposto no presente Regulamento, o território do Plano inclui solo rural e solo urbano, a que correspondem as seguintes categorias de espaço, tal como delimitado na Planta de Ordenamento:</p>
<p>1 — Solo rural:</p> <p>a) Espaços agrícolas;</p> <p>b) Espaços florestais;</p> <p>c) Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal;</p> <p>d) Espaços naturais;</p> <p>e) Espaços culturais.</p>
<p>2 — Solo urbano:</p> <p>a) Solos urbanizados;</p> <p>b) Solos de urbanização programada;</p> <p>c) Espaços verdes.</p>

Além destes elementos fundamentais do PDMSMP, também ao nível da Planta de Condicionantes existe um novo contexto para as

duas restrições de utilidade pública com maior expressão territorial, designadamente a RAN e a REN.

Relativamente à RAN:

- Existe um novo cenário legislativo assente no DL n.º 199/2015, de 16 de setembro;
- Este DL altera o regime jurídico desta restrição de utilidade pública, onde se estabelece, nomeadamente, que as áreas RAN não integram (...) as terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (art. 10.º, n.º 1);
- Tal enquadramento obriga a que, em sede de elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal (art. 11.º, n.º 1) a RAN seja limitada novamente.

Relativamente à REN:

- Existe um novo cenário legislativo assente no DL n.º 124/2019, de 28 de agosto;
- Este DL altera o regime jurídico da REN, onde se decreta que serão desenvolvidas novas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (art. 8.º, n.º 5) para a sua delimitação e que alterou/adaptou também a designação e metodologia de delimitação das áreas a integrar na REN;
- A sua delimitação deve conforma-se com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional no prazo de cinco após a entrada em vigor da portaria referida no art. 8.º, n.º 5 do DL n.º 124/2019, de 28 de agosto.

Posto isto, é necessário rever as servidões supramencionadas em sede de alteração/revisão do PDMSMP, tal como é afirmado na última redação dos decretos-lei supramencionados correspondentes à RAN e REN.

4.9.2. Programa de execução

No presente subcapítulo de análise do PDMSMP transpõe-se as tabelas da programação e execução do PDMSMP, bem como a informação referente à execução.

As tabelas que se seguem estão divididas por programas territoriais que à data do PDMSMP foram denominados por “Desígnios”.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Aberto e Atrativo Desenravar e Irradiar	1. Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios	1.1 Melhorar as ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes	. Requalificação da EN2 entre a Vila e os nós do IP3 (Régua) e do IP4 (Vila Real);	80%
			. Construção de uma nova ligação entre Vila de Santa Marta e o futuro nó IC26 (Régua).	0%
		1.2 Melhorar a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes	. Projetos intermunicipais de articulação de equipamentos e serviços coletivos;	0%
			. Articulação da rede de transportes públicos inter-urbanos.	30%
	2. Reforçar a capacidade de atração e de polarização do concelho	2.1 Consolidar o papel e as funções urbanas e económicas da Vila	. Incentivo e/ou programação da construção de equipamentos e serviços âncora (média superfície comercial, pavilhão multiusos, hotel, museu, etc.);	80%
			Requalificação urbanística e revitalização do tecido comercial da Vila.	Sem informação
		2.2 Atrair e fixar novos residentes	. Projetar e difundir uma imagem do concelho associada à qualidade de vida;	Sem informação
			. Incentivos à fixação de jovens casais;	50%
			. Incentivos à reabilitação do parque habitacional para segundas residências.	0%
		2.3 Atrair e fixar iniciativas e investimentos	. Criação do Gabinete Municipal de Apoio à Iniciativa e ao Investimento;	0%
			. Promoção dos recursos, potencialidades e atividades económicas do concelho.	50%

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas para este desígnio, observa-se:

Relativamente à primeira opção estratégica:

- Execução de 28% do total das ações e projetos definidos;
- A requalificação da EN2 entre a Vila e os nós do IP3 (Régua) e do IP4 (Vila Real) foi praticamente concluída (80% executada);
- A Construção de uma nova ligação entre Vila de Santa Marta e o futuro nó IC26 (Régua), não foi realizado.

Relativamente à segunda opção estratégica:

- Execução de 26% do total das ações e projetos definidos;
- Não são apresentadas informações sobre as ações/ projetos da requalificação urbanística e revitalização do tecido comercial da Vila nem sobre o projetar e difundir uma imagem do concelho associada à qualidade de vida;
- Os incentivos à reabilitação do parque habitacional para segundas residências e a Criação do Gabinete Municipal de Apoio à Iniciativa e ao Investimento não foram executados.

NOTA: Apesar do nível de execução baixo neste desígnio, o concelho tem aprovada uma Área de Reabilitação Urbana, na vila de Santa Marta de Penaguião, que foi publicada no Aviso n.º 20785/2019 - Diário da República n.º 249/2019, Série II de 2019-12-27.

A aposta neste instrumento procura: incentivar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados; reabilitar tecidos urbanos degradados ou em vias de o vir a estar; garantir a proteção e promover a valorização do património cultural e arquitetónico; modernizar as infraestruturas urbanas, e promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos.

O que ajuda a responder ao desígnio n.º 2.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %	
Um Território Mais Equilibrado e Ordenado	Estruturar e Harmonizar	3. Promover o desenvolvimento policêntrico do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial	3.1 Reforçar o papel e as funções dos polos urbanos secundários (Fontes e Cumieira)	. Reforço das dotações infraestruturais e de equipamentos de utilização coletiva (Centros Escolares Integrados, Centros de Dia, Equipamentos desportivos e de lazer, etc.)	20%
				. Criação de condições para a instalação de empresas e serviços comerciais;	20%
				. Construção de habitação social.	0%
			3.2 Completar, reordenar e requalificar as redes de infraestruturas básicas.	. Conclusão das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;	35%
				. Construção de duas ETAR compactas em (Veiga/Conceira/Mafomedes/Medrões);	25%
				. Incremento da recolha seletiva de RSU;	30%
				. Reforço da potência elétrica instalada	0%
			3.3 Completar, reordenar e requalificar a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna	. Rede Viária Principal Construção da ligação Fontes/Vila	0%
				. Rede Viária Secundária Programa de beneficiação e conservação, incluindo sinalização vertical	50%
				. Variantes Urbanas Variantes à EN2 na Vila e a S. Comba	0%
				. Vias Urbanas Via urbana de S. João de Lobrigos	0%
			3.4 Completar, reordenar e requalificar a rede de equipamentos de utilização coletiva	. Elaboração das cartas socila, cultural, patrimonial e desportiva do concelho	80%
				. Reinstalação da Biblioteca Municipal	0%
				. Implementação da Carta Educativa	50%
				. Construção de uma nova Igreja na Vila	0%
. Instalação de uma nova farmácia e melhoria da rede de extensões de CS	0%				
. Criação de espaços intergeracionais de convívio e lazer, incluindo TIC e acesso à internet.	80%				

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas, observa-se:

Relativamente à terceira opção estratégica:

- Execução de 23% do total das ações e projetos definidos;
- Não foram executadas as seguintes ações/projetos:
 - Construção de habitação social;
 - Reforço da potência elétrica instalada;
 - Construção da ligação Fontes/Vila;

- Variantes à EN2 na Vila e a S. Comba;
 - Via urbana de S. João de Lobrigos;
 - Reinstalação da biblioteca municipal;
 - Construção de uma nova igreja na Vila;
 - Instalação de uma nova farmácia;
 - Melhoria da rede de extensões de CS;
- Importantes infraestruturas e equipamentos estão por concretizar, o que seria uma mais-valia na resiliência do concelho, tendo em conta o contexto de baixas densidades em que se insere.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Equilibrado e Ordenado Estruturar e Harmonizar	4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural	4.1 Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila	. UOPG Mirante Sul (expansão da Vila) (Equipamentos âncora e habitação)	0%
			. Requalificação urbanística e comercial	80%
			. Reestruturação do sistema viário	20%
			. Articulação de espaços diferenciados	10%
			. Requalificação de espaços públicos	80%
			. Estrutura Verde e Parque Urbano	80%
		4.2 Reestruturar e requalificar os perímetros urbanos dos polos secundários	. UOPG da Cumieira (Equipamentos âncora e habitação)	0%
			. UOPG de Fontes 1 (Zona Industrial e Oficial)	0%
			. UOPG de Fontes 2 (Equipamentos âncora e habitação)	70%
			. UOPG São João de Lobrigos 1 (parque ribeirinho, equipamentos e habitação)	0%
			. UOPG São João de Lobrigos 2 (habitação e serviços)	0%
			. Reconfiguração dos perímetros urbanos	0%
			. Requalificação urbanística do espaço urbano consolidado	0%
			. Requalificação e criação de espaços públicos de socialização e convívio	80%
. Estrutura Verde e Áreas de Lazer	85%			

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Equilibrado e Ordenado Estruturar e Harmonizar	4. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural	4.3 Conter e disciplinar a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos	. Reconfiguração dos perímetros urbanos	0%
			. Requalificação dos espaços públicos de encontro e de socialização	80%
			. Incentivar a reabilitação do parque habitacional e das construções dispersas.	20%
			. Consolidar e valorizar os pequenos núcleos rurais (quintas e povoados)	80%
			. Consolidar e valorizar os pequenos núcleos rurais (quintas e povoados de habitação rural)	80%
			UOPG's de expansão urbana em aglomerados de média dimensão (Sanhoane, Azinheira)	0%
			UOPG's para a requalificação e preservação dos núcleos antigos dos aglomerados com valor arquitetónico (Póvoa da Serra)	0%
			Criar condições para a legalização das construções e das AUGI	90%
		4.4 Harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural	. Preservação dos espaços agrícolas situados na envolvente dos aglomerados	90%
			. Flexibilizar a instalação de usos compatíveis com as atividades agro-florestais que sejam fundamentais para a economia rural.	90%
			Manutenção da diversidade paisagística na zona serrana do concelho, composta principalmente por maciços de folhosas e espécies ripícolas.	90%
			Manutenção/recuperação das culturas tradicionais de vinha em terraços de xisto com olival consociado na zona duriense.	90%
			Delimitar espaços com potencial para a exploração de recursos geológicos	0%
			. Permitir o aparecimento de investimentos turísticos do tipo agro-ecológico no espaço rural.	80%

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas, observa-se:

Relativamente à quarta opção estratégica:

- Execução de 45% do total das ações e projetos definidos;
- Não foram executadas as seguintes ações/projetos:
 - UOPG Mirante Sul;
 - UOPG da Cumieira;
 - UOPG de Fontes 1;
 - UOPG São João de Lobrigos 1;
 - UOPG São João de Lobrigos 2;
 - Reconfiguração dos perímetros urbanos;
 - Requalificação urbanística do espaço urbano consolidado;
 - Reconfiguração dos perímetros urbanos;
 - UOPG's de expansão urbana em aglomerados de média dimensão;
 - UOPG's para a requalificação e preservação dos núcleos antigos dos aglomerados com valor arquitetónico;
 - Delimitar espaços com potencial para a exploração de recursos geológicos
- Espaços destinados para uma execução programática, como é o caso das UOPG, estão por concretizar;
- Aposta na valorização urbanística do espaço urbano do concelho.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Dinâmico e Competitivo Diversificar e Qualificar	5. Consolidar o papel e a importância económica do sector vitivinícola	5.1 Incentivar e apoiar a modernização do sector vitivinícola	. Reordenamento da cultura da vinha e reestruturação das explorações agrícolas	50%
			. Estímulo à modernização/expansão das unidades de transformação vinícola	90%
			. Apoio à promoção comercial dos vinhos	10%
			Recuperação do olival tradicional, mecanização de operações culturais, etc.	50%
		5.2 Melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto do sector vitivinícola	. Requalificar a rede de caminhos rurais e agrícolas do concelho	60%
			. Uso sustentável dos recursos produtivos e práticas agrícolas tradicionais	80%
			. Criar condições para a instalação de novas adegas ou ampliação das existentes	80%
			. Estudos de manutenção e consolidação dos taludes	20%
			. Recuperação do património vernacular	20%
		5.3 Qualificação e valorização da paisagem	. Requalificação das novas formas de armação do terreno e reintrodução de bordaduras e consociações culturais	50%
			. Manutenção e valorização das matas e das faixas ribeirinhas	50%
			. Manutenção e reconstrução de socalcos	50%
			. Integração na paisagem de armazéns e outras construções industriais isoladas.	10%

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas, observa-se:

Relativamente à quinta opção estratégica:

- Execução de 48% do total das ações e projetos definidos;
- As ações e projetos foram todos realizados, com uma percentagem de execução que varia entre os 10% e os 90%;
- Apoio evidente às atividades relacionadas com a dinâmica agrícola e turística.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Dinâmico e Competitivo Diversificar e Qualificar	6. Reforçar e diversificar a base produtiva territorial	6.1 Criar condições para a instalação de novas unidades empresariais e industriais	. Criação de uma Zona Oficial de Fontes sendo construída uma UOPG	0%
			. Identificação e delimitação de áreas para a instalação de atividades e empresas (turismo, energias renováveis, indústrias extrativas, florestas, etc.)	80%
		6.2 Reforçar o peso social e económico do setor turístico	. Incentivo à criação de novos equipamentos e unidades turísticas (Hotel, Empreendimento Turístico, Turismo Rural e Aldeias turísticas)	100%
			. Construção do Parque de Campismo	0%
			. Construção de um Parque de Desportos Radicais na Serra do Marão	0%
			. Criação de roteiros turístico-culturais (Vinha e vinho, Miradouros e Património)	90%
		6.3 Diversificar a natureza das atividades e das fontes de rendimentos em meio rural	. Estímulo à criação de unidades e de atividades de natureza social	100%
			. Estímulo à criação de unidades e atividades artesanais	90%

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas, observa-se:

Relativamente à sexta opção estratégica:

- Execução de 58% do total das ações e projetos definidos;
- O incentivo à criação de novos equipamentos e unidades turísticas (hotel, empreendedorismo turístico, turismo rural e aldeias turísticas) e o estímulo à criação de unidades e de atividades de natureza social foram executados na sua totalidade.
- Não foram executadas as seguintes ações/projetos:
- Criação de uma Zona Oficial de Fontes sendo construída uma UOPG;
- Construção do Parque de Campismo;
- Construção de um Parque de Desportos Radicais na Serra do Marão.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Sustentável e de Equitativo	Preservar e Igualizar	7.1 Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal	. Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal	0%
			Preservar e recuperar sistemas fundamentais da paisagem (cabeços, zonas húmidas, áreas declivosas)	20%
			. Propor usos preferenciais e medidas de gestão potenciadoras e valorizadoras dos sistemas ecológicos.	0%
			Proteger e criar áreas naturais nos espaços urbanos sem aptidão para a edificação, podendo alguns destes assumir um uso de espaços verdes e de utilização coletiva.	0%
			Impedir a edificação em macha no interior dos perímetros urbanos em áreas fundamentais para a regularização do regime hídrico, designadamente no cabeço e nas bacias de receção de Fontes e nas áreas de máxima infiltração existentes na vila de Santa Marta de Penaguião.	100%
			. Manutenção/recuperação da drenagem natural das linhas de água em espaços urbanos, nomeadamente nos aglomerados de Santa Marta de Penaguião, Vila Maior e Alvações do Corgo.	100%
. Conservação das espécies de floresta ripícolas constituídas por salgueiros, amieiros, freixos e choupas, que ocorrem ao longo dos principais cursos de água do concelho (rio Corgo, Aguilhão e ribeira de Bandugem)	100%			

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %	
Um Território Mais Sustentável e de Equitativo	Preservar e Igualizar	7. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos	7.2 Utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos	. Identificação dos recursos naturais com interesse económico	100%
				. Manutenção e incentivo da agricultura em solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN e antrossolos)	100%
				. Utilização racional de fertilizantes e pesticidas em sistemas húmidos (zonas adjacentes às linhas de água e de máxima infiltração) localizados nas margens dos principais cursos de água do concelho	100%
				. Proteção dos povoamentos de freixiais localizados no vale do Aguilhão, junto à povoação de Fornelos	100%
				. Delimitação das áreas de risco (incêndio, erosão, inundações, etc.) e definição das medidas de proteção	100%
				. Facilitar a infiltração das águas pluviais no cabeço e nas bacias de receção localizadas junto à povoação de Fontes e nas áreas de elevada permeabilidade situadas ao longo dos vales do rio Aguilhão e ribeiras de Arca e da Meia Légua, de forma a minimizar os impactos das cheias	100%
				. Minimização dos riscos de contaminação causado por insuficiência de sistemas de tratamento de efluentes residuais domésticos nos aglomerados situados a Norte do concelho (Justos, Soutelo, Paradela do Monte, Carvalhais), por efluentes não tratados de instalações agroprecuárias e derrames de substâncias contaminantes em sucatas	100%
				. Redução do risco de incêndio nas extensas manchas resinosas localizadas na freguesia de Louredo, através da diversificação com folhosas e melhoria das infraestruturas de combate a incêndios (construção de caminhos florestais, pontos de água, postos de vigia, etc).	100%
				. Preservação do coberto vegetal em áreas declivosas, de forma a reduzir fenómenos de erosão do solo.	100%

			. Incentivar a arborização das áreas de incultas presentes nas freguesias de Fontes e de Louredo	20%
--	--	--	--	-----

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Sustentável e de Equitativo Preservar e Igualizar	7. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos	7.3 Proteger e valorizar o património natural, paisagístico e cultural	. Incentivo à manutenção dos padrões tradicionais da paisagem vitícola	0%
			. Ações de mitigação das intrusões visuais	80%
			. Classificação do património concelhio	0%
			Ações de reabilitação dos sítios, edifícios e valores patrimoniais	20%
			. Ações de requalificação dos espaços culturais e das áreas de vocação religiosa	40%

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas, observa-se:

Relativamente à sétima opção estratégica:

- Execução de 48% do total das ações e projetos definidos;
- Das vinte e duas ações/projetos definidos, doze foram realizados na totalidade.
- Não foram executadas as seguintes ações/projetos:
 - Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal;
 - Propor usos preferenciais e medidas de gestão potenciadoras e valorizadoras dos sistemas ecológicos;
 - Proteger e criar áreas naturais nos espaços urbanos sem aptidão para a edificação, podendo alguns destes assumir um uso de espaços verdes e de utilização coletiva;
 - Incentivo à manutenção dos padrões tradicionais da paisagem vitícola;
 - Classificação do património concelhio.
- Valorização ambiental do território, em especial do sistema hídrico, eliminando a construção na envolvente aos cursos de água; agrícola, salvaguardando os territórios classificados como RAN; e, por fim,

florestal, existindo uma área ardida residual nos últimos 10 anos no concelho.

Desígnios	Opções Estratégicas	Objetivos Específicos	Ações e Projetos	Execução %
Um Território Mais Sustentável e de Equitativo Preservar e Igualizar	8. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços	8.1 Garantir a manutenção de serviços público mínimos nos espaços rurais periféricos	. Apoio domiciliário a idosos	80%
			. Incentivar a criação de atividades e serviços comerciais e móveis	80%
			. Incentivar a utilização e rentabilização dos equipamentos coletivos de carácter associativo	100%
			. Criação de serviços públicos itinerantes	30%
		8.2 Melhorar a acessibilidade e as condições de mobilidade das populações	. Requalificar as vias urbanas e os acessos domiciliários nos aglomerados rurais	50%
	. Permitir a utilização dos serviços de transportes escolares pela população	0%		

No que respeita a execução das opções estratégicas definidas, observa-se:

Relativamente à oitava opção estratégica:

- Execução de 57% do total das ações e projetos definidos;
- O incentivo da utilização e rentabilização dos equipamentos coletivos de carácter associativo foi executado na sua totalidade;
- Não foi executada a seguinte ação/projeto:
 - Permitir a utilização dos serviços de transportes escolares pela população.

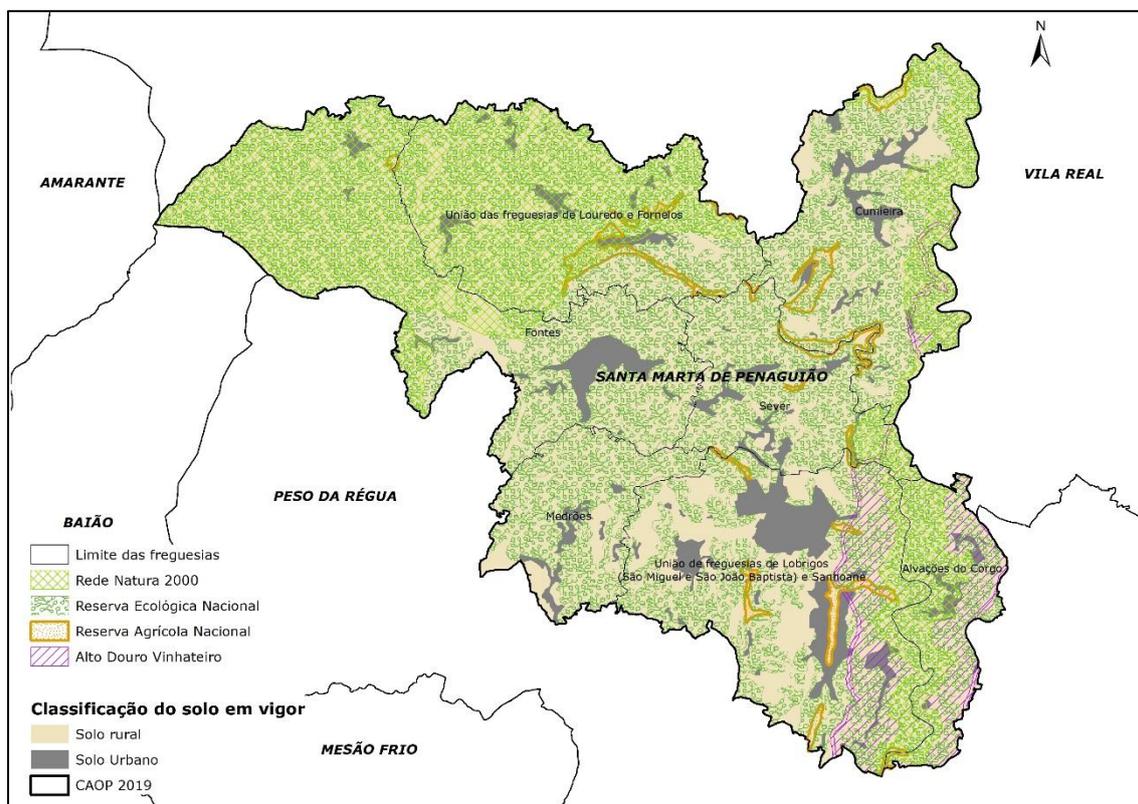
4.9.3. Gestão Territorial

No presente subcapítulo monitoriza-se a evolução do número de licenciamentos, com o objetivo de caracterizar as dinâmicas de transformação do território, com base no PDMSMP.

O PDMSMP tem um conjunto de indicadores que importa ter em atenção, a saber:

- 8% da área do concelho está em solo urbano;
- 3% situa-se em área de RAN;
- 74% situa-se em área de REN;
- 13% situa-se no Alto Douro Vinhateiro;
- 37% situa-se em Rede Natura 2000.

Figura 42: PDMSMP em vigor



Fonte: Elaboração própria

Conhecendo estes indicadores, em termos de gestão urbanística, entende-se que Santa Marta de Penaguião é um concelho condicionado ao respeito das servidões e restrições de utilidades públicas, designadamente do:

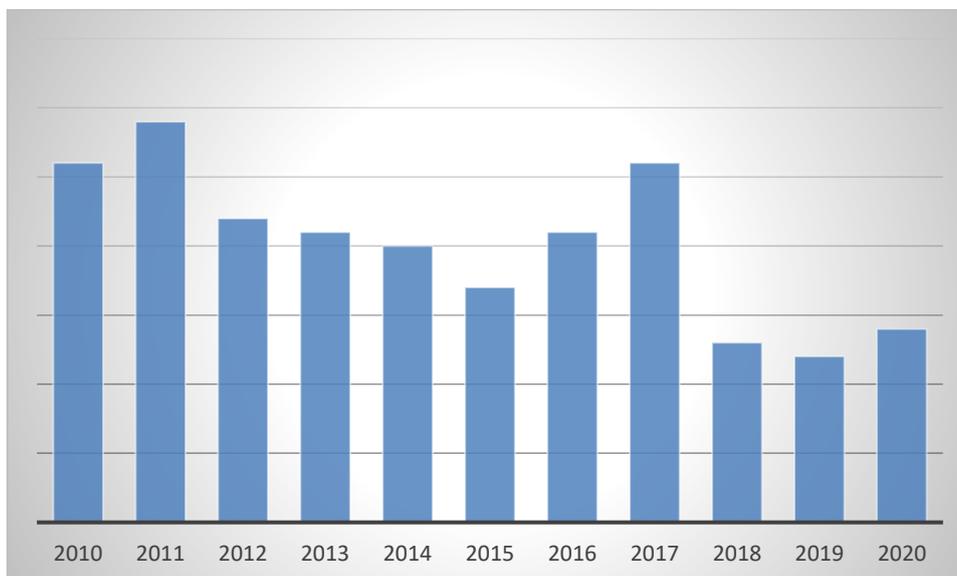
- Alto Douro Vinhateiro e a REN, definidas pela Agência Portuguesa do Ambiente, CCDR-N e DGPC;
- RAN, definida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas;
- Rede Natura 2000, definida pelo ICNF.

Assim sendo, a partir do inventário desenvolvido pelos serviços da CMSMP, registam-se 221 licenciamentos, durante o período de 2010-2020, centrando-se em intervenções que são:

- Dominantemente urbanas;
- Em tipologias maioritariamente associadas à construção nova, sendo a reabilitação, ainda, incipiente;
- Com destino de obra para:
 - habitação familiar;
 - atividade agrícola, para a edificação de armazéns agrícolas;
 - turismo, para a requalificação de quintas;
- Alvo de parecer da DGPC face ao concelho incidir, parcialmente, no Alto Douro Vinhateiro.

Tal dinâmica de licenciamento é típica de um concelho de baixas densidades que está condicionado na sua ocupação do território, tendo 81% da área do concelho com servidões e restrições de utilidades públicas.

A monitorização pormenorizada destes indicadores supramencionados será abordada na análise dos seguintes subtópicos: Ano e Localização.

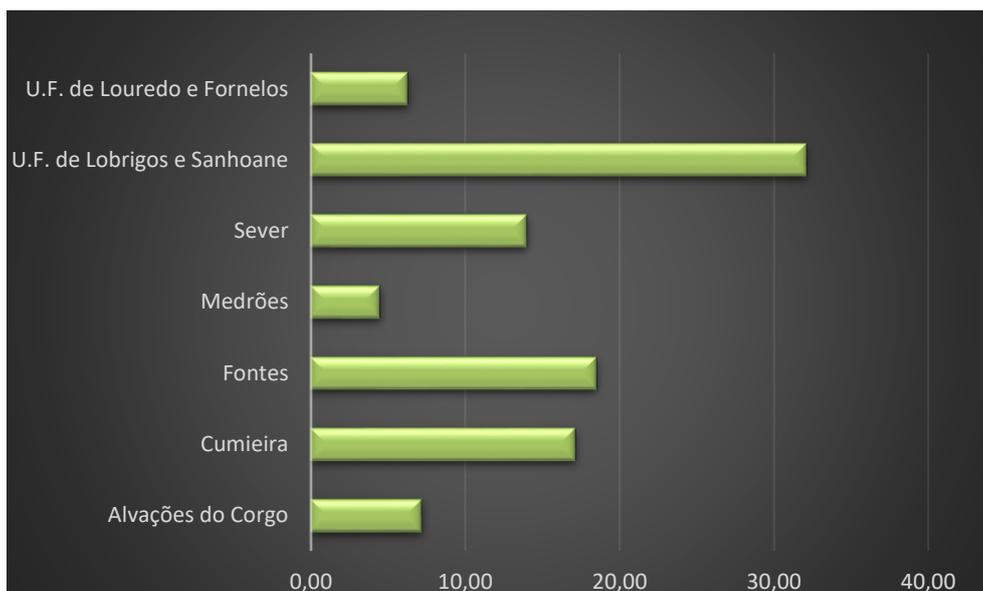
Figura 43: Número de licenciamentos (2010 – 2020)

Fonte: CMSMP

Tópicos de análise:

- A dinâmica de licenciamentos tem **um comportamento díspar**, sendo pertinente para análise deste RAEPDM, o período de vigência **pós-2011** – ano da publicação do PDMSMP em vigor;
- A segregação da análise do n.º de processos em **períodos de 5 anos**, a partir de 2011, evidencia uma **realidade diferente entre eles**.
 - Entre 2010 e 2015, existe uma média de **22 licenciamentos/ano** e entre 2016 e 2020 uma média de **17 licenciamentos /ano**;
- Confirma-se o **efeito da crise económica na dinâmica imobiliária**, principalmente, entre 2016 e 2020 – sintoma confirmado pela dinâmica de edifícios licenciados e concluídos no subcapítulo 4.3.2 e que está muito associado à perda demográfica do concelho;
- A tendência da dinâmica de licenciamentos, assente na **dinâmica demográfica, é de diminuir**;
- Por último, conclui-se que a dinâmica de licenciamento **está em quebra**, sendo este facto evidente com a análise efetuada no subcapítulo 4.8.1, onde a **estabilização do nível de artificialização** do solo entre 2010 e 2015 é um sintoma e que se prevê continuar.

Figura 44: Peso da dinâmica de licenciamentos por freguesia (2010 – 2020)



Fonte: CMSMP

Tópicos de análise:

- Analisando a globalidade dos licenciamentos do concelho, desde 2010 a 2020, é claro que **U.F. de Lobrigos e Sanhoane tem a maior dinâmica de licenciamentos do concelho: 32,12% do total;**
- O facto de se localizar na U.F. de Lobrigos e Sanhoane, a **vila de Santa Marta** resultante da **dinâmica imobiliária, comercial, cultural entre outras neste território;**
- Nos anos mais recentes, nomeadamente, 2017, 2018, 2019 e 2020, a **U.F. de Lobrigos e Sanhoane já se aproxima dos 41,5% dos licenciamentos efetuados no concelho** – sinal da progressiva **polarização** em torno da vila de Santa Marta em detrimento da **estabilização ou diminuição da representatividade** do restante território municipal.

4.9.4. Objetivos do PDMSMP

No presente subcapítulo efetua-se uma abordagem aos objetivos estabelecidos no PDMSMP recomendando, sempre que estes estejam ultrapassados pela dinâmica do sistema real, a revisão ou adaptação dos mesmos.

Objetivos do PDMSMP	Contexto real	Necessita adaptação /revisão
a) <i>Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O plano rodoviário do concelho está completo; - A estrutura viária já conecta com as principais centralidades: Vila Real e Régua; - A previsão de construção do IC26 permitirá, a par da IP3/A24 e IP4/A4, criar um eixo circular entre a sub-região do Douro e sub-região do Tâmega e Sousa. 	Não
b) <i>Reforçar a capacidade de atração e polarização do concelho.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de diminuição da população; - Tendência decrescente do número de inscritos no centro de emprego; - Balança comercial negativa; - Boa rede de infraestruturas rodoviárias. 	Não
c) <i>Promover o desenvolvimento policêntrico do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte de à integração e coesão territorial.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A infraestrutura de transportes permite boas ligações entre o concelho e a envolvente; - A rede de equipamentos é concentrada; - O concelho localiza-se no centro do eixo urbano: Vila Real, Peso da Régua e Lamego, designado de <i>Douro Alliance</i>. 	Não
d) <i>Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - A percentagem de construções novas é superior à percentagem de edifícios reabilitados, contrariando o objetivo de uma política de reabilitação e contenção; - Território predominantemente ocupado com Territórios Agricultados; 	Não
e) <i>Consolidar o papel e a importância económica do setor vinícola.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O número de importações é bastante elevado face ao número de exportações do concelho – balança comercial negativa; - Percentagem dos Territórios agricultados corresponde a 55% da ocupação do território; - Valorização do setor vinícola. 	Não
f) <i>Reforçar e diversificar a base produtiva territorial.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência crescente do volume de negócios; - À semelhança do objetivo "b" e "e" a balança comercial apresenta-se negativa; 	Não
g) <i>Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado acervo patrimonial; - Estabilização da artificialização do território; - Estabilização da mancha agrícola enquanto ocupação do solo predominante; - Elevado valor paisagístico; - Presença do concelho no Alto Douro Vinhateiro; - Servidões e restrições de utilidades públicas ocupam grande parte do concelho. 	Não
h) <i>Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Este objetivo assemelha-se aos anteriores (a, b e c) e os comentários a estes realizados aplicam-se de igual modo a este objetivo. 	Sim

Fonte: Elaboração própria

Com base na análise feita aos objetivos mencionados pelo PDMSMP e na situação atual, conclui-se que, na generalidade, os objetivos são pertinentes do ponto de vista estratégico para o ordenamento do território.

Contudo, com a análise dos mesmos, verifica-se que os indicadores se confundem em questões de monitorização, pois os objetivos integram características semelhantes entre si. Desta forma, sugere-se a alteração ou adaptação dos objetivos em vigor, de modo a alcançar cumprir as estratégias e políticas a que se propõem.

Objetivos do PDMSMP
<i>a) Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes.</i>
<i>b) Reforçar a capacidade de atração e polarização do concelho.</i>
<i>c) Promover o desenvolvimento policêntrico do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte de à integração e coesão territorial.</i>
<i>d) Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural.</i>
<i>e) Consolidar o papel e a importância económica do setor vinícola.</i>
<i>f) Reforçar e diversificar a base produtiva territorial.</i>
<i>g) Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos.</i>
<i>h) Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços.</i>

Objetivos do PDMSMP (Alteração Proposta)
<i>a) Promover o desenvolvimento policêntrico do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte de à integração e coesão territorial.</i>
<i>b) Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural.</i>
<i>c) Reforçar e consolidar a importância económica e diversificar a base produtiva territorial.</i>
<i>d) Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos.</i>

NOTA FINAL:

A monitorização do presente IGT é um **passo decisivo na monitorização** dos IGT que incidem no concelho de Santa Marta de Penaguião. Contudo, recomenda-se, em futuros Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território, a **verificação dos demais IGT que incidem no concelho**, como é o caso do Plano de Urbanização e dos Planos de Pormenor. Isto porque, estes IGT, ao abrigo do atual panorama jurídico-legislativo do ordenamento do território, **não estão concordantes com os conteúdos programáticos** neles definidos – n.º 2 do art. 199.º do DL 80/2015, de 14 de maio.

Tal situação, **motiva a recomendação de verificar**, aquando da elaboração da futura Alteração/Revisão do PDMSMP, **a pertinência da vigência dos IGT de escala municipal**.

Por fim, é de salientar que à data, **os IGT de escala supramunicipal**, na sua maioria, **não estão adaptados ao novo enquadramento legislativo-programático do ordenamento do território**, o que motiva futuramente à **adaptação do PDMSMP às normativas que vierem a ser desenvolvidas**, nomeadamente na **Rede Natura 2000**, no **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro** e no **Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro**. Atualmente, só o **Programa Regional de Ordenamento da Floresta de Trás-os-Montes e Alto Douro é que foi atualizado/revisto** para o novo cenário legislativo-programático do ordenamento do território.

Síntese

Aspetos Positivos:

- Novo panorama jurídico-legislativo do ordenamento do território procura garantir uma realidade territorial mais sustentável, em termos ambientais, executórios e urbanísticos;
- Preocupação com a valorização urbanística, agrícola e turística do concelho é verificada segundo a execução concretizada do PDMSMP;
- Dinâmica de licenciamentos está assente na construção nova para habitação unifamiliar, na atividade agrícola e turística do concelho;
- Pertinência dos objetivos.

Aspetos Negativos

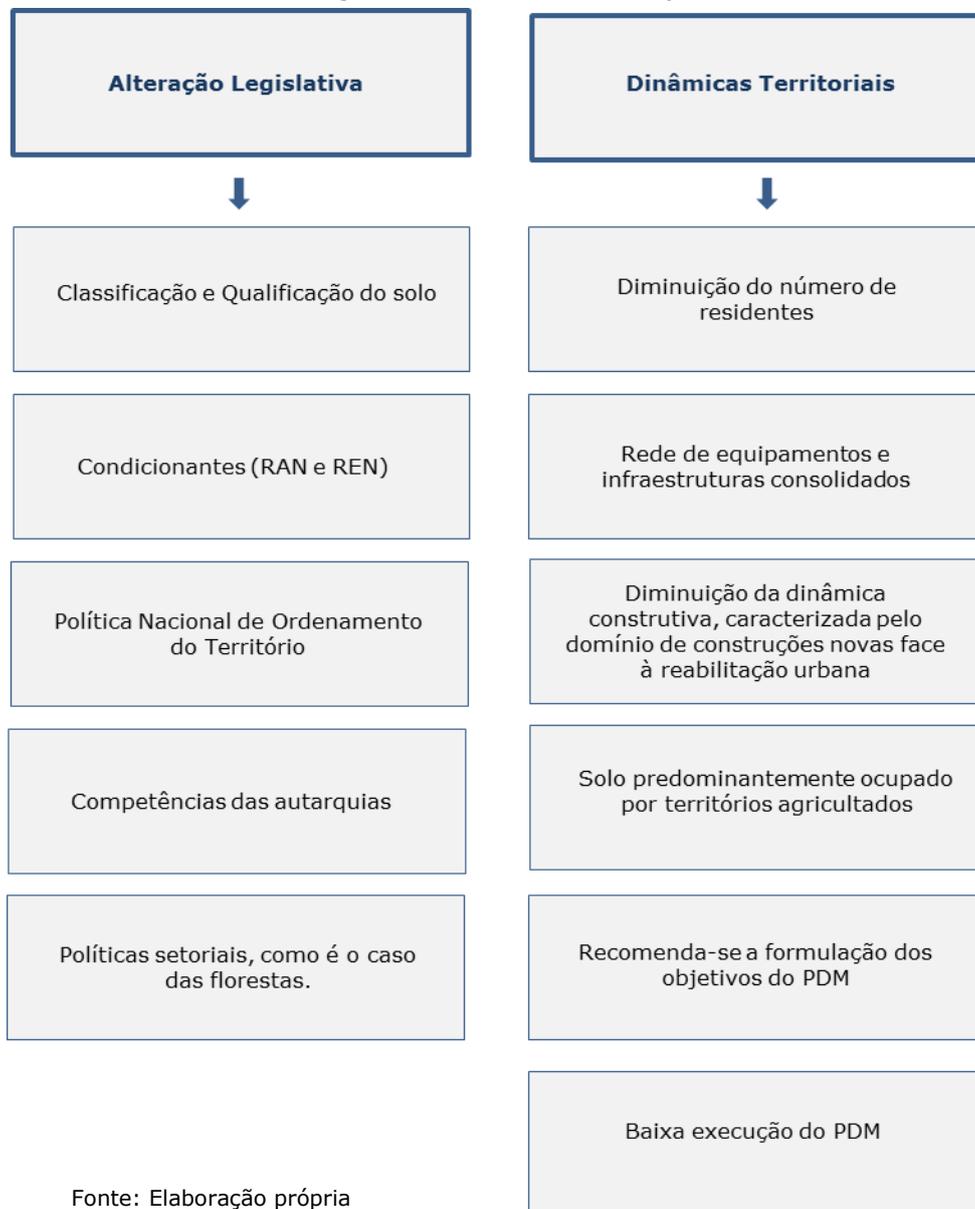
- Execução baixa do PDMSMP.

5. Considerações Finais

O REOT, enquanto instrumento de apoio à decisão procurou avaliar a execução do PDMSMP. Desta forma, foram analisados mais de 50 indicadores referentes à dinâmica social, económica e ambiental do território, de forma a reconhecer quais as dificuldades de implementação da estratégia territorial determinada.

Neste seguimento, é pertinente ter em consideração novas realidades (sintetizadas na figura seguinte).

Figura 45: Fatores de mudança



Com base na figura anteriormente apresentada, pode-se concluir que é necessário no PDMSMP:

- Incentivar a permanência dos jovens no concelho e promover medidas de atração populacional;
- Promover as dinâmicas da reabilitação urbana e melhorar o espaço urbano consolidado;
- Valorizar e investir no património natural, paisagístico e cultural do concelho;
- Promover a sustentabilidade ambiental, através de medidas que permitam atenuar o desafio das alterações climáticas;
- Adaptar o Plano Diretor Municipal de Santa Marta de Penaguião ao quadro legislativo em vigor, designadamente a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e do RJIGT, publicado pelo DL n.º 80/2015 de 14 de maio;
- Realizar uma nova classificação e qualificação do solo no sentido da reconfiguração dos perímetros urbanos e da requalificação das infraestruturas;
- Promover uma participação ativa dos cidadãos, visando a adoção de uma metodologia claramente mais participativa e continuada ao longo do processo de elaboração do plano.

Por fim, dar conta que a situação pandémica da COVID-19 alterou todos os cenários prospetivos anterior à crise pandémica e o concelho de Santa Marta de Penaguião, bem como a adaptação/revisão do PDMSMP, poderá refletir este período de transição imposto pela situação atual e ser um marco na transição conjuntural neste território, sendo apontado por vários estudos e reflexões sobre os cenários pós-pandemia que os territórios de baixa densidade serão os grandes beneficiados nestes tempos de incerteza, em domínios, como a demografia, a habitação e o turismo.